

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Lucia Torres

**Análise da proposta de comunicação nas intervenções urbanas**  
O caso do coletivo TransLAB.URB

Porto Alegre  
2023

Lucia Torres

Análise da proposta de comunicação nas intervenções urbanas  
O caso do coletivo TransLAB.URB

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharela em Relações  
Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Ana Karin Nunes

Porto Alegre  
2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Torres, Lucia  
Análise da proposta de comunicação nas intervenções urbanas O caso do coletivo TransLAB.URB / Lucia Torres. -- 2023.  
76 f.  
Orientadora: Ana Karin Nunes.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Relações Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. intervenções urbanas. 2. comunicação e urbanismo. 3. ativismo autônomo coletivo. 4. translab.  
I. Nunes, Ana Karin, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado Análise da proposta de comunicação nas intervenções urbanas: o caso do coletivo TransLAB.URB, de autoria de Lucia Torres, estudante do curso de Relações Públicas, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2023.

Assinatura:

---

Prof. Dra. Ana Karin Nunes

Lucia Torres

**Análise da proposta de comunicação nas intervenções urbanas**  
O caso do coletivo TransLAB.URB

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de bacharela em Relações  
Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.  
Orientador: Ana Karin Nunes

**Aprovada em:** Porto Alegre, 30 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Ana Karin Nunes (Orientadora) (UFRGS)

---

Prof. Dr. Diego Wander Santos da Silva (UFRGS)

---

Prof. Dra. Adriana Coelho Borges Kowarick (UFRGS)

## **DEDICATÓRIA**

Para minha mãe. Este é um trabalho que  
reforça que sempre é possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, frente ao privilégio de poder ter estudado em uma universidade pública e gratuita, reforço a importância do acesso universal à educação pública em todas as instâncias, e que a conquista de cada aluno formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul é fruto do aporte de toda a população residente no país e, por isso, agradeço profundamente.

Agradeço ao corpo docente e técnico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, bem como à equipe das cafeterias e do xerox do campus. Todos foram responsáveis pela acolhida no ingresso, bem como durante a longa trajetória no período de pandemia e no difícil retorno ao presencial (cujo processo de adaptação ainda não terminou). Passamos pelo impensável. A pandemia de COVID-19 obrigou todos à adaptação sem protocolo, aviso prévio ou estrutura emocional e física preparada. Todo conforto e acolhida que tivemos enquanto alunos foi fruto do incansável trabalho das Comgrads, dos professores e professoras e dos servidores técnicos. Atravessamos um túnel que ninguém os preparou para sustentar e vocês desdobraram saídas que permitiram que hoje eu e tantos outros colegas possamos terminar a formação com uma bagagem que nos possibilita avançar na vida e desenvolver novas pontes para nós e para os outros. Obrigada por todas as formas como nos apoiaram direta e indiretamente.

Agradeço à Profa. Ana pela paciência na orientação, por identificar e agir nos momentos em que precisei de puxões de orelha e por manter a perspectiva positiva em direção ao objetivo final, mesmo quando eu tinha dificuldade de fazer o mesmo. Agradeço à Profa. Adriana e ao Prof. Diego por aceitarem dedicar tempo e energia na avaliação de meu trabalho. Tive a oportunidade de ser aluna de ambos e para mim é um privilégio poder contar com suas avaliações neste encerramento de ciclo.

Agradeço à Josiane e a todo o time da Biblioteca da FABICO, que foi essencial durante a formação e ofereceu um suporte atento e compreensivo no processo de revisão das normas para este TCC. Agradeço a todo corpo de professores da FABICO, em especial ao Alexandre (in memoriam), à Laura, ao Guibson e à Helenice, cujas provocações acadêmica e palavras de apoio reverberaram durante o processo de construção deste TCC. Agradeço, também, aos colegas. A experiência de trabalhos em grupo durante a pandemia exigiu habilidades novas do nosso lado.

Chegar ao final do curso foi possível também graças ao apoio que oferecemos uns aos outros.

Agradeço ao Dani, que foi suporte emocional e técnico absolutamente dedicado durante este período. Companheiro de apartamento, amigo da vida e parceiro desta etapa que partilhamos juntos e que será sempre uma lembrança linda. Ao Fer, Thom, Rafa e Natan pelo apoio afetivo e cuidadoso sempre. Ao Bernardo, Lauro e Julian e seus poderes de acolhida, cada um a sua maneira. À Bruna, Martin, Ilana e Will, amigos que a vida uniu em um edifício e nós fizemos questão de manter mesmo quando a morada mudou de lugar.

Agradeço à Flor e nossos podcasts de atualização da vida durante todos esses anos. Ao Rod, nossos apoios às carreiras e vidas atravessa oceanos sempre. À Ina e à Ket, por toda a paciência durante este período de trabalho e final de curso (não poderia pedir por um time melhor e estou ansiosa pelo que temos pela frente!). À Débora, com quem posso agitar o mundo da forma mais segura possível. Ao Leandro e Lisandra, cujo suporte foi intangível e para sempre serei grata. Aos amigos que fiz no período da Arquitetura e Urbanismo, cujas aventuras resgatei durante todo o processo deste TCC. Agradeço profundamente cada uma delas. Agradeço também ao Café Cantante, ao Dharma, ao El Pesto e à Casa Revoa. Mais da metade deste TCC foi escrito em mesas desses lugares. Lugar é feito de gente. Obrigada às gentes que cuidam e nutrem esses pontos tão especiais da cidade.

Por fim, agradeço à minha mãe, ao meu pai, irmã e irmão – o apoio incondicional às decisões que tomei foi essencial para que pudesse chegar até aqui – a às minhas tias e tios, com os quais coleciono horas de ligações à distância. Mal posso esperar para ir à Argentina e celebrarmos todos, em conjunto, o capítulo que encerrou e todos que estão por vir.





## RESUMO

No contexto do crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras e mundiais ao longo dos Séculos XX e XXI, impulsionados pelas disputas de território, por políticas públicas inclusivas e por outros interesses de ordem pública ou privada, a sociedade tende à organização coletiva para defesa de interesses em comum. Nesse processo, a área da Comunicação dedica-se à compreensão dos fenômenos em disputa, bem como da forma de compartilhar e absorver informações de múltiplas fontes. No entanto, há pouca literatura que explore o papel da área no recorte das intervenções urbanas. Nesse contexto, a presente pesquisa investiga o papel da Comunicação nas intervenções urbanas, com ênfase no TransLAB.URB no Brasil. O objetivo geral deste estudo, de caráter exploratório, consiste em analisar operações de intervenção urbana do TransLAB.URB no Brasil sob a perspectiva da Comunicação. O estudo utiliza métodos como pesquisa bibliográfica e estudos de caso para refletir sobre a interseção entre Comunicação e intervenções urbanas, contribuindo para um entendimento mais profundo das complexidades dessa relação. A técnica utilizada para a coleta de dados referentes aos estudos de caso resume-se na análise documental de abordagem qualitativa. As categorias de análise desenvolvidas e adotadas na pesquisa configuram aspectos que remetem às questões emocionais, aspectos formais de legislação e aspectos que evocam a participação cidadã. Como resultado, o estudo confirma a coerência entre ações do coletivo analisado e os atributos teóricos relevantes para intervenções urbanas. Apesar das dificuldades na promoção e disseminação das intervenções, há evidência de preocupação com os pontos analisados. No entanto, identificam-se instâncias em que existe a possibilidade de aprimorar a comunicação do coletivo e sugere-se investigar as razões dos déficits comunicacionais, bem como se o coletivo aborda ativamente tais déficits em sua agenda interna.

**Palavras-chave:** intervenções urbanas; comunicação e urbanismo; ativismo autônomo coletivo; translab.

## ABSTRACT

In the context of the growth and development of Brazilian and worldwide cities throughout the 20th and 21st centuries, driven by territorial disputes, inclusive public policies and other public or private interests, society tends to organize collectively to defend common interests. In this process, Communication is an area dedicated to understanding the disputed phenomena, as well as how to share and absorb information from multiple sources. However, there is little literature that explores the role of the area in the outline of urban interventions. In this context, this research investigates the role of Communication in urban interventions, with emphasis on TransLAB.URB in Brazil. The general objective of this exploratory study is to analyze TransLAB.URB's urban intervention operations in Brazil from the perspective of communication. The study uses methods such as bibliographic research and case studies to reflect on the intersection between communication and urban interventions, contributing to a deeper understanding of the complexities of this relationship. The technique used to collect data regarding the case studies is summarized in documental analysis with a qualitative approach. The categories of analysis developed and adopted in the research configure aspects that refer to emotional issues, formal aspects of legislation and aspects that evoke citizen participation. As a result, the study confirms the coherence between the analyzed collective actions and the relevant theoretical attributes for urban interventions. Despite the difficulties in promoting and disseminating interventions, there is evidence of concern with the points analyzed. However, instances are identified in which there is the possibility of improving the collective's communication and it is suggested to investigate the reasons for communication deficits, as well as whether the collective actively addresses such deficits in its internal agenda.

**Keywords:** urban interventions; communication and urbanismo; autonomous collective activism; translab.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Imagem 1 – Muros da memória em São Paulo.....  | 39 |
| Imagem 2 – Maquete apresentada na intervenção Travessa Cultural Redenção.....                  | 41 |
| Imagem 3 – Análise da estrutura levantada pelo coletivo VELA.....                              | 41 |
| Imagem 4 – Registro do evento Travessa Cultura Redenção.....                                   | 42 |
| Imagem 5 – Colagem feita representando o evento Travessa Cultural Redenção.....                | 43 |
| Imagem 6 – Registro histórico da intervenção Ejército de Mimos em execução.....                | 44 |
| Imagem 7 – Antes e depois do processo de pintura do pavimento na Times Square...               | 46 |
| Imagem 8 – Registro de uma edição de Arquitetura Efêmera Inflável.....                         | 47 |
| Imagem 9 – Registro da ação Cocriação de Diretrizes para Territórios de Interesse Público..... | 54 |
| Imagem 10 – Registro da atividade Derivas e Cartografias Afetivas.....                         | 55 |
| Imagem 11 – Registro de uma edição de Arquitetura Efêmera Inflável.....                        | 56 |
| Imagem 12 – Peças sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre.....                       | 58 |
| Imagem 13 – Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 1.....                                  | 59 |
| Imagem 14 – Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 2.....                                  | 60 |
| Imagem 15 – Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 3.....                                  | 60 |
| Imagem 16 – Postagem relacionada à Semana do Caminhar 2023.....                                | 62 |
| Imagem 17 – Interação do TransLAB.URB com internauta.....                                      | 62 |
| Imagem 18 – Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 1.....                                  | 64 |
| Imagem 19 – Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 2.....                                  | 64 |
| Imagem 20 – Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 3.....                                  | 65 |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CIDADES NO BRASIL</b>                  | <b>16</b> |
| 2.1      | NORMATIVAS QUE REGEM AS CIDADES BRASILEIRAS                       | 16        |
| 2.2      | A NÃO ARQUITETURA   | 20        |
| 2.3      | ESPAÇOS PÚBLICOS E INTERVENÇÕES URBANAS                           | 23        |
| 2.4      | ESPAÇOS PÚBLICOS OCIOSOS E A IMPORTÂNCIA DAS INTERVENÇÕES URBANAS | 27        |
| <b>3</b> | <b>COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÕES URBANAS</b>                         | <b>32</b> |
| 3.1      | COMUNICAÇÃO E DINÂMICAS NAS CIDADES                               | 32        |
| 3.2      | A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E AS INTERVENÇÕES URBANAS             | 35        |
| 3.3      | EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES URBANAS                                  | 38        |
| 3.3.1    | Muros da memória – Eduardo Kobra                                  | 38        |
| 3.3.2    | Travessa Cultural Redenção – VELA                                 | 40        |
| 3.3.3    | Ejército de Mimos – Bogotá  | 43        |
| 3.3.4    | Green Light for Midtown – Nova Iorque                             | 45        |
| 3.3.5    | Arquitetura Efêmera Inflável – TransLAB.URB                       | 46        |
| <b>4</b> | <b>COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÕES URBANAS: CASO TRANSLAB.URB</b>      | <b>49</b> |
| 4.1      | METODOLOGIA   | 49        |
| 4.2      | O TRANSLAB.URB E SUAS AÇÕES                                       | 51        |
| 4.3      | ANÁLISE DA VERTICAL ATIVAÇÃO URBANA                               | 56        |
| 4.3.1    | Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre                       | 57        |
| 4.3.2    | Semana do Caminhar 2023   | 61        |
| 4.3.3    | Caminhada pelo Parque Marinha                                     | 63        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                       | <b>69</b> |
|          | REFERÊNCIAS   | 72        |

## 1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras e do mundo tiveram um crescimento significativo no Século XX e seguem em desenvolvimento avançado no Século XXI. Questões climáticas, sanitárias, sociais e econômicas impactam a relação das pessoas com o meio urbano. Políticas públicas também são fatores de influência no desenvolvimento de regiões urbanizadas.

Porto Alegre, por exemplo, em preparação para sediar a Copa do Mundo em 2014, sofreu impactos em bairros atingidos por demolições e construção de estádios e vias, com significativas consequências nas habitações, no comércio e no trânsito (Porto Alegre [...], 2022). No mesmo período, ocupações em prédios públicos e as reivindicações levantadas por elas ganharam notoriedade. Em algumas delas, criaram-se coletivos culturais. Também ocorreram sucessivas remoções de famílias em situação de vulnerabilidade que ocupavam parte dos edifícios (Daroit, 2017).

Esse é um processo que se repete em outras cidades. É possível observar de forma sistemática impasses nesse sentido no Brasil e no mundo. Em resposta a eles, muitos profissionais reúnem-se em coletivos independentes que buscam atuar fazendo um contraponto ao peso que os efeitos negativos do sistema tradicional provocam.

O problema dessa pesquisa surge de uma reflexão sobre as implicações das atividades de intervenção urbana nas cidades, considerando a comunicação como um elemento chave nesse contexto. Diante da compreensão das cidades como locais de disputa de significados e da presença de múltiplos agentes que influenciam o desenvolvimento urbano, surge a indagação sobre como a comunicação afeta o impacto dessas intervenções, independentemente dos resultados materiais alcançados. Entre as provocações iniciais que levaram ao desenvolvimento da pesquisa, estava o desejo de identificar o papel da comunicação no desenvolvimento de ações de intervenção urbana, especialmente em contextos autônomos.

Com isso em consideração, entre os questionamentos levantados inicialmente, refletiu-se sobre a presença de comunicólogos nas equipes de intervenção urbana, o reconhecimento da Comunicação como uma área de conhecimento para estabelecer vínculos entre projetos e públicos afetados, e a utilização de ferramentas de comunicação para avaliar riscos e criar campanhas de engajamento comunitário. Além disso, examinou-se como é estabelecida a relação entre os realizadores das

intervenções urbanas com as comunidades afetadas por estas e como lidar com resultados não esperados e como registrar os processos para preservar os resultados ao longo do tempo.

A partir dessas questões, identificou-se sentido na investigação sobre a resposta coletiva e autônoma às políticas urbanas, delimitando-se a um coletivo no Brasil composto principalmente por urbanistas. Essa escolha permite uma análise mais detalhada das ações de intervenção urbana, uma vez que o coletivo realiza ações pontuais bem divulgadas em plataformas digitais de acesso público. Sendo assim, e buscando atender ao escopo possível de desenvolver em um trabalho de conclusão de curso, o problema geral da pesquisa foi delimitado em: Como a comunicação é pensada e produzida em ações urbanas participativas promovidas pelo Translab.URB?

Baseado no problema supracitado, o estudo teve como principal objetivo analisar operações de intervenção urbana do TransLAB.URB no Brasil sob a perspectiva da Comunicação. Por sua vez, em se tratando de objetivos específicos, consideram-se:

- a) abordar a relação entre Comunicação e Urbanismo a partir da pesquisa bibliográfica;
- b) identificar as perspectivas relevantes na avaliação da efetividade da comunicação frente às intervenções urbanas;
- c) identificar processos comunicacionais na construção e promoção das atividades realizadas pelo TransLAB.URB em 2023.

Este estudo teve como provocação inicial o desejo de entender como a comunicação se relaciona com a prática das intervenções urbanas e o potencial que a área pode proporcionar na aproximação entre os diferentes agentes envolvidos em intervenções formais e informais nas cidades. Relações entre cidades e pessoas é um interesse da pesquisadora há anos, já que, anterior à graduação no curso de Relações Públicas, a estudante cursou Arquitetura e Urbanismo por um período e esteve próxima de ações de cunho profissional e autônomas voltadas à intervenção em cidades.

Além das motivações pessoais, a pesquisa busca contribuir, ainda que de forma incipiente, com a promoção da interdisciplinaridade na pesquisa. Durante o

levantamento inicial, não foram encontrados materiais de trabalhos em português que tenham abordado este conteúdo sob uma ótica similar. Quando pesquisado o objeto de estudo em repositórios digitais, é possível verificar que ele foi referenciado em alguns processos de pesquisa. Em nenhum deles, porém, o coletivo em questão é o objeto de estudo. Quando pesquisados os termos “ação urbana” e “comunicação” juntas, surge um volume baixo, mas significativo de trabalhos produzidos. A maioria deles, no entanto, são de áreas da computação e design.

Por fim, refletir sobre a comunicação dentro da prática urbana tem relevância social, uma vez que estamos falando de um tema de interesse coletivo cujas ações têm impacto direto e indireto em centenas ou milhares de pessoas. Entende-se que o pensar-comunicação é essencial para buscar uma aproximação de qualidade entre os diferentes atores desse meio.

A pesquisa, de caráter exploratório, conforme definição de Gil (2002), utiliza como métodos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, segundo designação de Stumpf (2005). A técnica de coleta de dados para os estudos de caso consiste na análise documental de ordem qualitativa, de acordo com a definição de Fonseca (2005). As fontes da pesquisa são de ordem primária, obtidas a partir de publicações realizadas no LinkedIn, Facebook e Instagram com texto e fotos. São utilizadas três categorias da análise: (i) atributos emocionais, (ii) aspectos formais e de legislação e (iii) aspectos que evoquem a participação cidadã.

Para o desenvolvimento do estudo é apresentado, inicialmente, uma descrição dos processos de produção de cidades no Brasil, trazendo as normas e leis que as regem, assim como as críticas a elas por Villaça (1999), Rolnik (2010) e Pinheiro (2010). Em seguida, aborda-se a crítica ao modelo de produção de cidade levantada por Jacques (2011). Na sequência, é feito um levantamento do entendimento da importância dos espaços públicos por Arend (2015), Teixeira (1997), Souza (2004) e Brissac (1999). Após, são avaliadas como intervenções urbanas em espaços públicos são importantes e seus benefícios, com base em Silber (2021), Gatti (2013), Mahendra (2021), Jacobs (2011) e Arup<sup>1</sup> (2016).

Posteriormente, a relação entre Comunicação e intervenções urbanas é analisada sob a perspectiva de Arup (2016), realiza-se um apanhado histórico da

---

<sup>1</sup> Empresa multinacional que oferece consultoria e serviços profissionais de engenharia, planejamento e gerenciamento de projetos. Parte de seus projetos envolvem pesquisa, que realizam publicações disponíveis ao público geral. O título referenciado é uma delas.



relação entre público e privado por Thompson (2010), passando pela transformação dos direitos humanos nos últimos Séculos e como a Comunicação e o Urbanismo evoluíram nesse aspecto, de acordo com Lupchinski (2018) e Martino (2001). Em seguida, é feito um apanhado dos principais desafios dos estudos sobre a Comunicação, por França (2001), Rodrigues (1990), Martino (2001) e Castells (2010). Por fim, são explorados exemplos de intervenções urbanas que apresentam características apresentadas previamente.

No capítulo 4, explica-se o que é o TransLAB.URB, sua filosofia e principais objetivos. São apresentadas as atividades de Ativação Urbana, suas publicações e é feita uma análise das mesmas sob a perspectiva de atributos emocionais, de aspectos formais e de legislação, e de aspectos que evocam a participação cidadã. Ademais, são apresentadas as principais conclusões e limitações do estudo. Por fim, também são abordadas as questões advindas das descobertas produzidas pela pesquisa.

## 2 PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CIDADES NO BRASIL

Neste capítulo serão abordados três elementos essenciais relacionados às intervenções urbanas: a legislação, a não arquitetura de Jacques (2011) e as necessidades de melhorias que espaços ociosos apresentam. A abordagem desses tópicos permite a compreensão acerca das intervenções realizadas nas áreas urbanas.

No que diz respeito à legislação urbana, são explorados os principais marcos legais que regem o desenvolvimento das cidades no Brasil. Além disso, recorre-se a Villaça (1999) e Rolnik (2010) para entender como essas normas impactam as intervenções urbanas na prática. Também busca-se refletir sobre as possíveis interpretações do modo de produção das cidades, abordando o conceito da não arquitetura, segundo Jacques (2011), a qual propõe expandir a ideia do que consiste a Arquitetura e Urbanismo na prática.

Na sequência, busca-se compreender a importância das intervenções urbanas em suas diversas esferas, com ênfase na intervenção em espaços ociosos. Em resumo, o capítulo trata de processos que ajudam a compreender as diferentes perspectivas no desenvolvimento de ações em cidades brasileiras.

### 2.1 NORMATIVAS QUE REGEM AS CIDADES BRASILEIRAS

Para compreender como as cidades se desenvolvem formalmente no contexto brasileiro, é fundamental conhecer a estrutura das leis e normas que as regem. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil possui 84,72% de sua população residindo em áreas urbanas (IBGE, 2015). Nesse contexto, a pauta do desenvolvimento urbano e da organização das cidades é de interesse público e demanda o desenvolvimento de políticas públicas no país. A Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988, p. 112) possui um capítulo destinado à Política Urbana. O Art. Nº 182 nele contido afirma que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O texto é respaldado pelo Art. 6º, o qual garante, entre outras coisas, o direito ao lazer, ao trabalho, à moradia e à segurança (Brasil, 1988). Com o intuito de promover um desenvolvimento urbano que proteja os direitos constitucionais, são

previstos mecanismos para nortear o processo de planejamento nas cidades brasileiras.

A Lei Federal Nº 10.257/2001 (Brasil, 2001), mais conhecida como Estatuto da Cidade, representa o instrumento que orienta o processo de desenvolvimento das cidades em todo o território nacional. Ela estabelece dezesseis diretrizes para a política urbana e define a competência dos órgãos públicos para implementação de instrumentos. As normas incluem diretrizes para os níveis estadual e municipal. Entre outras coisas, elas preveem a garantia de oferta de equipamentos urbanos e de transporte, a cooperação entre governos e setores da sociedade no processo de urbanização, bem como contemplam a garantia do direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços de trabalho e lazer. A lei destaca-se, inclusive, por determinar o escopo e as atribuições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), instrumento obrigatório para todo município com população acima de vinte mil habitantes.

O Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) indica que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental define as diretrizes orçamentárias e as condições para o desenvolvimento e a expansão de uma cidade. O escopo de um PDDUA inclui a delimitação das áreas onde poderão ser desenvolvidas edificações. É um instrumento onde o município pode determinar, por exemplo, tipologias de edificações condicionadas a atributos de uma rua, bairro ou região. É de responsabilidade do município formular e promulgar o PDDUA de sua cidade e de revisá-lo a cada dez anos. A Lei Nº 10.257/2001 também define que um PDDUA estipula as condições de Outorga Onerosa do Direito de Construir, determinando coeficientes de aproveitamento de terreno mínimos e máximos, bem como condições de contrapartida para a concessão da autorização para a construção. Além disso, o PDDUA pode estimular o desenvolvimento de determinados setores econômicos em regiões específicas, por meio de instrumentos que favoreçam a ocupação de tais setores em uma área previamente delimitada.

Ainda, está previsto no Estatuto da Cidade que um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental deve atender à “promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade” (Brasil, 2001, p. 27). O Art. 40, que define tal exigência, é imprescindível para a formalização da promoção do exercício de cidadania previsto pela Constituição. Instrumentos legais existem para pautar as

condições de desenvolvimento das cidades e as atribuições do poder público. Contudo, para além dessas determinações, outras categorias da sociedade têm agência sobre o desenvolvimento urbano.

O processo de planejamento e desenvolvimento de cidades, quer seja formal ou informal, engloba a participação direta de diversos agentes. Do ponto de vista formal, Arquitetos e Urbanistas, Engenheiros, Sociólogos, Geógrafos, Assistentes Sociais, Psicólogos, Comunicólogos e outros profissionais são responsáveis pelo planejamento, projeção e execução dos processos que culminam nas transformações regulares das cidades. Para além das experiências formais, no dia a dia das cidades, comerciantes, vizinhos, transeuntes, turistas, entre outros, são todos agentes nos processos de transformação das cidades.

Com isso em mente, avalia-se como, na prática, a legislação é exercida, ou não. Antes da promulgação do Estatuto da Cidade e, portanto, das definições sobre Planos Diretores, Villaça (1999), ao propor uma reflexão sobre os dilemas a respeito dos PDDUAs e do planejamento urbano, constatou que não havia consenso entre as entidades da sociedade (profissionais, agentes públicos, empresários etc.) sobre quais deveriam ser as diretrizes de planejamento urbano, apesar da discussão sobre o tema ter perdurado por ao menos quarenta anos até aquele momento. O autor, ainda, criticou órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento urbano por desperditem de tempo e recursos para nutrir o que denomina de quimera, ou um sonho, que era alimentado por palavras, mas não chegava a ser materializado em lei.

As críticas demonstram como, naquele contexto, havia um desgaste e um descontentamento a respeito do assunto. O autor adverte sobre os riscos de acabar por se desenvolver uma descrença em políticas urbanas, em função da dificuldade de consolidar um processo que proteja o crescimento urbano no país. Villaça (1999, p. 242) também destacou que uma parcela da população estava sendo excluída da discussão: “Os problemas da maioria da população, aquela enorme parcela que é forçada a viver à margem da lei urbanística (e de muitas outras leis) são ignorados pelos planos diretores e seus princípios gerais”.

Rolnik (2010) e Pinheiro (2010), anos após a implementação do Estatuto da Cidade, também trazem contribuições à discussão. Pinheiro (2010) indica que a lei contempla principalmente demandas de grandes metrópoles e conglomerados urbanos, que não representam a maioria dos municípios brasileiros e que, portanto, haveria uma dificuldade de implementar as normas por ele estabelecidas. O autor

também indica que é comum teóricos e profissionais criticarem a lei, categorizando-a como utópica, reafirmando o dilema levantado por Villaça (1999).

Rolnik (2010, p. 8) destaca a influência que políticas neoliberais tiveram na formatação das cidades nas últimas décadas.

A agenda de reforma neoliberal do Estado brasileiro também veio acompanhada de um discurso participacionista e de revalorização da sociedade civil, redefinida como “Terceiro Setor”, que esvaziava de sentido a proposta de cidadania ampliada para alinhá-la com a ideia de Estado mínimo. Desta forma, a simples existência de “processos participativos” sem conexão explícita e claramente configurada no interior dos processos decisórios atende perfeitamente a um modelo que fortalece o centro – e não empodera as bases – nos processos decisórios.

A autora é categórica ao levantar a importância de repensar o sistema de financiamento e gestão do território urbano, que influencia concretamente as políticas de desenvolvimento das cidades aplicadas pelo Estado. A problemática complexificava-se com a dificuldade de tornar escalável a implementação das mesmas normas para distintos tamanhos e densidades urbanas. Segundo a autora, apesar de inovador no papel, o Estatuto da Cidade não promoveu “[...] uma ruptura com a lógica tradicional de desenvolvimento de política urbana” (Rolnik, 2010, p. 8). A autora indica que, apesar do Estatuto prever a participação popular no processo de desenvolvimento urbano, na prática, essa não é uma característica que se concretizou de forma hegemônica no território nacional. Apesar das críticas, Pinheiro (2010) e Rolnik (2010) destacam a importância que as diretrizes gerais previstas no Estatuto têm ao reafirmarem princípios constitucionais que devem ser defendidos.

Em resumo, no Brasil, historicamente, os desafios do planejamento urbano são complexos em sua desenvoltura. Apesar disso, os avanços sob o ponto de vista da legislação foram significativos. Em cima deles, teóricos, legisladores e ativistas atuam no esmero de refletir sobre a dificuldade de concretizar o defendido em lei. Como pontos positivos, os autores destacam identificar a intenção explícita em constitucionalizar o direito ao acesso e uso do solo urbano, de forma a garantir o acesso à moradia, ao saneamento básico, ao lazer e a outros direitos básicos. Em contrapartida, em função da pluralidade das cidades brasileiras em suas densidades, tamanhos e distribuições de renda, encontra-se o desafio de colocar em prática de forma igualitária os requerimentos que o Estatuto da Cidade estabelece para todo o território nacional.

Não obstante, destaca-se a relevância da evolução das leis no país para proteção da população urbana e seu desenvolvimento. Soma-se a isso o fato de que os atores que promovem as intervenções nas cidades são de ordem formal e informal. Por um lado, estão os poderes Executivo e Legislativo exercendo suas atribuições no desenvolvimento e execução das normas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade e Planos Diretores. Por outro, está a sociedade civil orquestrando os projetos e intervenções que configuram as cidades - profissionais de diversas áreas (como arquitetos e urbanistas, geógrafos, sociólogos, engenheiros e comunicólogos) e ações de cidadãos e cidadãs organizados de forma independente, como em coletivos e organizações de bairro.

Nesse sentido, existem diferentes formas de intervir nas cidades. As ações estruturadas de forma independente, sem aprovação técnica formal e sem fiscalização por parte das entidades públicas responsáveis são tradicionalmente denominadas de informais. Apesar de ser uma denominação amplamente aceita, Jaques (2011) propõe outra visão sobre as intervenções informais nas cidades.

## 2.2 A NÃO ARQUITETURA

Como citado anteriormente, para além da legislação que rege as cidades, existe o processo prático de produção cotidiana das mesmas. Nesse sentido, Jacques (2011) promove um questionamento à visão tradicional de política urbana. Ao relatar sua experiência como estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), reflete sobre o contraste entre a arquitetura apresentada em sala de aula e o que chamada de não arquitetura, presenciada por ela diariamente no trajeto entre sua casa e a universidade. A não arquitetura a que se refere trata-se da cidade informal, não regularizada – aquela que é apagada dos mapas – a arquitetura das favelas. A autora propõe uma avaliação crítica da atuação do arquiteto e urbanista por meio da análise da experiência arquitetônica e urbana das favelas, sustentada pela ótica projetada na arte de Hélio Oiticica<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Artista brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 1937. É autor de algumas das obras mais relevantes do tropicalismo brasileiro, como as instalações chamadas de Penetráveis, que tiveram exposições no mundo inteiro, inclusive após a morte do artista, que ocorreu em 1980. Oiticica foi personagem central do livro de Jacques, que utilizou da experiência do artista com as favelas do Rio de Janeiro, e as consequências em sua expressividade artística, como mecanismo de tradução do intangível na discussão sobre não arquitetura.

A noção de movimento é presente em todo seu texto. Para a autora, a não arquitetura refere-se à arquitetura das favelas, desenvolvidas pelos moradores de forma contínua e fragmentária:

A construção é quase cotidiana: é contínua, sem término previsto, pois sempre haverá melhorias ou aplicações a fazer. A maneira de construir, ao contrário da construção convencional, é implicitamente fragmentária, em função desse contínuo estado de incompletude (Jacques, 2011, p. 28).

A arquiteta destaca a falta de reconhecimento da categoria no que diz respeito à arquitetura das favelas. Ao contrário do método formal, a arquitetura das favelas está em constante evolução. Ela depende da disponibilidade de materiais e, em muitas ocasiões, é desenvolvida sem a exigência de uma regularidade rígida com relação aos compostos da obra. Além disso, a não arquitetura não aprova formalmente suas obras. Isso implica que não há regulação e fiscalização. A arquitetura das favelas tem seu próprio ritmo, suas próprias regras e composições.

Uma construção convencional, ou seja, uma arquitetura feita por arquitetos, tem um projeto, e é esse projeto que determina o fim, o momento do parar, a conclusão da obra. Quando não há projeto, a construção não tem uma forma final preestabelecida e, por isso, nunca termina (Jacques, 2011, p. 28).

Essa cidade abordada por Jacques (2011) dialoga com a que Villaça (1999) identificou viver à margem da lei urbanística, uma vez que, a prática do construir irregular vem de uma necessidade não atendida pelo Estado. No Brasil, a prática dessa arquitetura remonta ao final do Século XIX. Segundo Pedrosa *et al* (1990), o primeiro registro em censo de uma favela ocorreu em 1920 – o Morro da Providência, fundado a partir de alojamentos improvisados por sobreviventes da Guerra dos Canudos (1896-1897), os quais migraram da Bahia para o Sudeste buscando oportunidades. Com a industrialização, principalmente a partir da década de 1930, os movimentos migratórios em direção ao Sudeste se intensificaram. Sem o amparo do Estado, as pessoas viram-se na condição de ocupação irregular de espaços urbanos. Pedrosa *et al* (1990, p. 17) indica que “durante muitos anos, os favelados enfrentaram o não reconhecimento do poder público e a constante ameaça de remoção”. Assim, de forma autônoma, as pessoas desenvolveram seus próprios métodos construtivos em busca de abrigo.

Arquitetos estudam as soluções encontradas pelos favelados em suas desordenadas construções e tentam adivinhar como o futuro vai tratar esses

bairros do Rio. Administradores imaginam projetos mirabolantes de urbanização das favelas e até turistas estrangeiros em busca de aventuras se lançam em incursões pelos morros. (Pedrosa *et al*, 1990, p. 80)

Apesar de, em seu texto, Jacques (2011) focar na arquitetura das favelas, este estudo pretende expandir a sua percepção de não arquitetura para uma não cidade, e aplicá-lo em outros contextos urbanos. Parte-se das indagações propostas pela autora, que questiona as noções tradicionais de arquitetura e busca expandir a compreensão do que pode ser considerado como tal. A autora explora a dinâmica caótica e em constante balanço entre forças em que as cidades constantemente se apresentam afirmando que “[...] a desordem aparente pode ser o resultado de uma ordem que muda rápido demais, e o desequilíbrio, o de um equilíbrio dinâmico” (Jacques, 2011, p. 47). Nesse sentido, a não arquitetura é uma tentativa de reconhecer e valorizar as práticas construtivas informais. A autora chama a atenção para a importância de se olhar além das estruturas físicas e considerar a dimensão social, cultural e estética dos espaços construídos em áreas informais, ainda que não envolva o planejamento de um profissional da Arquitetura e Urbanismo. Ela cria uma provocação no sentido de ampliar a definição de arquitetura, reconhecendo e valorizando as práticas construtivas presentes nas regiões informais como uma forma válida e significativa de expressão arquitetônica.

O arquiteto-urbano seria aquele que passaria a intervir nas diferentes urbanidades extremas já existentes, nessas novas situações urbanas já construídas com identidade própria, ou seja, aquele que se ocuparia dos espaços-movimento. Seu papel seria o de organizar os fluxos [...]. O arquiteto urbano seria o suscitador, o tradutor e o catalisador dos desejos dos habitantes (Jacques, 2011, p. 155).

Jacques (2011) entende que há valor no movimento não planejado – aquele que não é possível de desenhar em uma planta ou mapa –, imprevisível e errático. Em sua reflexão, os não arquitetos que produzem as não cidades todos os dias são agentes tão importantes quanto os da dita cidade formal. Por meio de figuras conceituais a autora busca traduzir um processo que é muito difícil de definir ou representar formalmente. A reflexão de Jacques (2011) pauta o contraste entre o formal – escrito, racionalizado – e a prática cotidiana das pessoas nas cidades. Embora não apresente uma solução em si, ela trabalha com a tensão que Rolnik (2010) propôs refletir, sobre as limitações que a formalidade possui diante da complexidade da realidade das cidades brasileiras.



Jacques (2011, p. 156) entende que o projeto convencional “[...] acaba com as potencialidades imanentes do já existente, fixa formas por antecipação, inibe ações imprevistas e, sobretudo, impede uma participação efetiva da sociedade”. Reiterando a importância da participação popular no desenvolvimento das cidades, a autora destaca o aparente paradoxo: como permitir o movimento das não cidades e ao mesmo tempo utilizar das atribuições técnicas para melhorar a vida urbana? Como é possível desenvolver sem eliminar a pulsão de vida urbana e, ao mesmo tempo, garantir por meio de processos institucionais o acesso aos direitos básicos nas cidades? A dissonância entre o texto e a prática da produção urbana é um tema contemporâneo comum às grandes cidades.

Os questionamentos de Jacques (2011), sustentados por Rolnik (2010) e Pedrosa *et al* (1990), reforçam a pertinência da discussão sobre ocupação urbana. O estudo produzido neste documento compreende que o lugar nas cidades onde é mais propício buscar respostas para seus questionamentos são os espaços públicos. Eles são palco para as principais contradições e explicitações de conflito. Também são espaço de luta e de conquista. Não há cidade sem espaços públicos e, portanto, é necessário compreendê-los.

### 2.3 ESPAÇOS PÚBLICOS E INTERVENÇÕES URBANAS

Gomes (2018) propõe que os espaços públicos necessitam apresentar ao menos três características/qualidades: necessitam constituir a reunião entre indivíduos com interesses e características diversas; precisam ser espaços que ofereçam a possibilidade do reconhecimento das diferenças e que encorajem ações afirmativas; e, por fim, devem ampliar a ativação do poder comunicacional entre os indivíduos e grupos. Em relação à qualidade dos espaços públicos, o programa Soluções para Cidades<sup>3</sup> defende que:

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade [...] O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro (Gatti, 2013, p. 8).

<sup>3</sup> O Programa Soluções para Cidades é organizado pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP). O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de parcerias e ferramentas de apoio ao desenvolvimento urbano, aliado a municípios, com foco em saneamento, habitação, mobilidade urbana e espaços públicos. O material referenciado neste estudo trata do diagnóstico de espaços públicos para desenvolvimento de projetos em planejamento urbano.

Arend (2015, p. 31) afirma que “o papel dos espaços públicos é de mimetizar diferenças”, destacando a correlação entre o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de cooperação com os espaços públicos de convivência nas cidades. O envolvimento do cidadão na busca pela qualificação dos espaços pode manifestar-se por meio de Intervenções Urbanas. Para adentrar no assunto das Intervenções, três aspectos precisam ser analisados: participação cidadã, ativismo e intervenção em espaços urbanos.

Participação cidadã consiste na atuação ativa de cidadãos na vida política - direito garantido e protegido pela Constituição. Teixeira (1997) aborda duas categorias desenvolvidas pelo cientista político Maurizio Cotta<sup>4</sup>. Para os modelos de participação institucionalizadas (como voto eleitoral, plebiscitos, referendos, entre outros), onde existe intermediação de órgãos do Estado, denominou-se participação indireta. Quando não há intermediação e a sociedade organiza-se de forma autônoma para a ação, considera-se participação direta. É sobre a segunda categoria que este estudo busca se debruçar. A participação cidadã direta contribui para a promoção de cobrança por maior transparência e responsabilidade sobre o impacto social, econômico e ambiental das ações viabilizadas por entidades públicas e privadas. Pode ocorrer de diversas maneiras, como, entre outros, pelo exercício do ativismo.

Souza (2004, p. 82) correlaciona ativismo à ação de movimentos sociais e afirma que “são formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade”. Ainda, as ações podem ocorrer de forma pontual ou com cadência programada. É um instrumento usado para possibilitar mudanças sociais, políticas ou ambientais, por meio da promoção do engajamento e mobilização de pessoas e organizações em pautas de interesse coletivo. Por meio do ativismo, é possível proporcionar visibilidade a um determinado assunto, exigir ações dos governos e empresas, e pressionar por mudanças efetivas. Em suma, é uma forma de exercer a cidadania e é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O ativismo e a participação cidadã estão profundamente interligados, já que ambos contribuem para o fortalecimento da democracia, na medida em que possibilitam que a população participe ativamente dos processos de transformação que afetam sua vida e a de outras pessoas. Nos meios urbanos, a cidade é o palco

---

<sup>4</sup> Professor de Ciência Política na Universidade de Siena.

em comum para a promoção desses processos. Quando grupos de pessoas – profissionais, vizinhos, usuários de serviços da região, agentes de entidades públicas – se reúnem para agir em cima de uma pauta de relevância social, o espaço urbano torna-se parte da narrativa por meio dessas intervenções.

Praças, largos, regiões próximas a edifícios do poder público e monumentos, entre outros espaços urbanos, são comumente lugares onde grupos reúnem-se para o levantamento de pautas sociais. São pontos emblemáticos nas cidades, carregados de marcas históricas (muitas vezes talhadas em suas vias e paredes). No entanto, uma intervenção de espaço urbano pode dar-se no contexto de bairro: uma esquina, um cruzamento, o espaço que está no limbo (ou vazio urbano) entre um viaduto e uma via. Ainda, pode ser uma região abandonada pelo poder público, uma quadra sem a estrutura de calçada, um trecho onde há insegurança ou insalubridade e onde as pessoas demandam melhorias. Pode ocorrer em áreas de baixa densidade, em vias de trânsito, nas calçadas, em áreas permeáveis, em estruturas abandonadas. Sinteticamente, são múltiplas as formas em que o espaço urbano pode ser palco de reivindicação de pautas coletivas. Quando essas pautas envolvem a busca por cidades mais justas, inclusivas, seguras, sustentáveis e democráticas, pode-se chamar os agentes que promovem essas intervenções de ativistas urbanos.

Brissac (1999) diz que, na contemporaneidade, interventores urbanos são artistas itinerantes. O autor discute sobre a transformação da relação entre as intervenções artísticas nas cidades ao longo do tempo e como as mudanças nos elos entre os artistas, as obras e suas conexões com o meio urbano estão vinculadas à forma como coletivamente pessoas relacionam-se com as cidades. Com a proximidade da chegada do Século XXI, o autor reflete:

O sítio agora é estruturado informacionalmente, em vez de espacialmente. Seu modelo não é um mapa mas um itinerário, uma sequência fragmentada de eventos e ações através dos espaços, uma direção que só é articulada pela passagem do artista (Brissac, 1999, p. 87).

Ainda que o autor disserte sob a ótica da arte, sua abordagem pode ser interpretada sob a perspectiva da ação de outros agentes. Assim como um artista pode propagar uma mensagem com arte nas ruas, nos edifícios ou, inclusive, em ações imersivas, ativistas sociais, comerciantes, vizinhos, transeuntes podem realizar suas intervenções em prol de uma causa. Nesse sentido, esses outros agentes também podem ser artistas itinerantes.

Intervenções urbanas buscam provocar algum tipo de questionamento ou reflexão sobre alguma pauta coletiva. Silva e Façanha (2014) discutem sobre algumas qualidades do processo de intervenção em cidades, como a invariável presença de contradições e de uma impossibilidade de uniformização sobre o que determinado espaço precisa, pede ou demanda para que ocorra uma intervenção. Ascher (2009, p. 19-20, tradução própria), em discussão acerca da função dos modelos de ruas nas cidades, diz que “a adequação de um lugar e de seus usos tende à mistura, à variedade, ao inesperado, ao espetáculo de um espaço composto”<sup>5</sup>. Esse é um aspecto que ressalta a natureza da disputa dos espaços urbanos.

Intervenções urbanas são elementos para a movimentação de pautas de relevância pública, bem como para o exercício de cidadania e maior aproximação das pessoas com a produção de sentido em sua comunidade. Acioly (2015, p. 6) afirma que:

O cidadão comum, sem estar necessariamente envolvido no debate profissional, passa a demandar espaços públicos de qualidade por onde possa circular de forma segura, onde possa exercer seu direito de cidadania, manifestar-se culturalmente e politicamente e encontrar-se com amigos e seus pares, onde possa celebrar e usufruir a urbanidade em sua plenitude.

A participação da sociedade no processo de construção e tomada de decisão no que concerne o desenvolvimento das cidades é necessária para a sustentabilidade das cidades, bem como para a preservação dos direitos constitucionais dos cidadãos e residentes. Trata-se de um processo que pode ocorrer no plano formal, institucionalizado ou mesmo de forma espontânea, independente e imprevisível.

A partir do entendimento de espaços públicos propostos por Souza (2018), Souza (2004), Brissac (1999), e sustentadas pela defesa da participação coletiva que Acioly (2015), Arend (2015) e Teixeira (1997) trazem, entende-se a importância de avaliar em quais espaços públicos são potencializados as possibilidades de ação. Como estudo da Comunicação, a espacialidade é também terreno para disputa de ideias e de possibilidades de cidade. Nesse sentido, faz-se necessário compreender onde as lacunas urbanas são latentes.

---

<sup>5</sup> No original: “la adecuación de un lugar y de sus usos – tende a la mezcla, a la variedad, a lo inesperado, al espectáculo de un espacio compuesto”.

## 2.4 ESPAÇOS PÚBLICOS OCIOSOS E A IMPORTÂNCIA DAS INTERVENÇÕES URBANAS

O crescimento e a expansão de áreas urbanas vêm acompanhados de uma necessidade de sistematizar, por meio das leis, o desenvolvimento sustentável delas. Inevitavelmente, porém, cidades têm regiões abandonadas ou esquecidas, seja porque decaíram ao longo do tempo por falta de vitalidade ou por não serem atendidas pelo planejamento estabelecido.

Silber (2021) indica que “[...] espaços públicos ociosos com potencial para abrigar projetos urbanos permanecem desconhecidos, descumprindo sua função social”. Gatti (2013) descreve critérios de diagnóstico de problemas e potencialidades em espaços públicos que podem ajudar a compreender quais tipos de ambientes possuem demanda por intervenções do tipo Ativação Urbana. Entre eles, espaços subutilizados ou abandonados são um item importante. Segundo a autora, essas são áreas que representam:

[...] um grande problema para a qualidade de vida das áreas envoltórias, e ao mesmo tempo um grande potencial para a criação de novas áreas verdes e espaços públicos de lazer, cultura ou para a prática de esportes (Gatti, 2013, p. 16).

Assim como as áreas subutilizadas, a autora compreende sobras de planejamento sem uso, como regiões residuais geradas por obras urbanas (viadutos e rotatórias, por exemplo), onde não estavam previstos usos e muitas vezes terminam transformando-se em áreas abandonadas. Para essas áreas, a autora identifica potencial de uso de grande impacto na população da região, uma vez que esses espaços podem gerar problemas de segurança e de higiene (acúmulo de lixo), ao passo que um espaço qualificado pode trazer benefícios para a vizinhança, o que ela denomina de população envoltória. A autora também identifica que pode haver carências em áreas não centrais das cidades, chamados de vazios periféricos.

Nessas áreas, onde existe demanda por criação de algo novo e funcional à sociedade, se produzem oportunidades de intervenções urbanas. Como visto anteriormente, as intervenções podem ocorrer de maneira formal ou informal e, com base nesse contexto, entende-se que há, nas cidades, uma dinâmica que exige participação ativa da sociedade nas intervenções em espaços urbanos. Os espaços públicos são o principal palco para intervenções urbanas. A partir desse entendimento,

verifica-se que a participação ativa da sociedade nas intervenções urbanas, em suas diversas instâncias, fortalece a capacidade de reivindicação dos direitos estabelecidos pela Constituição, citados anteriormente. Neste subcapítulo são exploradas algumas consequências que demonstram a importância do papel das intervenções urbanas na sociedade.

Esse é um aspecto que está relacionado à promoção da igualdade social. Por princípio, se a sociedade exige – coletivamente – alguma melhoria em um espaço público, entende-se que esta é uma necessidade de interesse coletivo, para atender a distintos grupos. Melhoras na estrutura física de uma região podem aumentar a qualidade de bem-estar da comunidade impactada. Mahendra (2021) afirma que a desigualdade no acesso à infraestrutura urbana (saneamento básico, educação, transporte, segurança urbana, lazer, meios de trabalho, saúde, entre outros) pode ter um impacto muito maior na qualidade de vida das pessoas do que a desigualdade de renda. A falta de acesso a esses recursos, seguindo Mahendra (2021, p. 15, tradução própria), “desperdiça tempo, esgota recursos, prejudica o meio ambiente, põe em risco a saúde e agrava as desigualdades”<sup>6</sup>.

Como visto anteriormente, quando cidadãos têm a possibilidade de compreender seus direitos, aumenta a transparência, a responsabilidade e a legitimidade dos processos democráticos locais. Por além dessa característica, outras consequências coletivas ocorrem, tal qual o fortalecimento do senso de comunidade, uma vez que há interação entre diferentes grupos (exemplo: comerciantes, vizinhança, categorias de profissionais) que, ao participarem ativamente de processos coletivos e acompanharem as consequências de suas ações, podem ter um aumento do sentimento de pertencimento a uma comunidade. Sobre a importância do pertencimento, Arup (2016, p. 89, tradução própria) afirma que:

Empoderamento é o processo que potencializa a capacidade individual e coletiva de fazer escolhas e de transformá-las em ações concretas. As cidades podem fortalecer a responsabilidade de seus cidadãos promovendo modelos econômicos colaborativos<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> No original: “‘Self-provision’ of this nature wastes time, exhausts resources, degrades the environment, jeopardizes health, and exacerbates inequalities.”

<sup>7</sup> No original: “Empowerment is the process that enhances the individual and collective capacity to make choices and to transform them into concrete actions. Cities may empower their citizens responsibility promoting collaborative economic models.”

O acréscimo de segurança na região e a redução de crimes violentos é comumente atribuído às intervenções urbanas, especialmente àquelas que reivindicam a melhoria de áreas ociosas. Jacobs (2011) defende que o sentimento de segurança e proteção nas ruas é o principal atributo de uma cidade próspera. A autora afirma que “reduzir o adensamento de uma cidade não garante a segurança contra o crime nem previne o temor ao crime” (Jacobs, 2011, p. 33). Entre as ferramentas que a autora defende estimular para aumentar a segurança nas cidades, está a circulação constante de pessoas nas ruas, bem como as fachadas ativas. Estas consistem em edificações voltadas às calçadas com janelas, comércio e outras ferramentas para estimular a possibilidade das pessoas se enxergarem. A redução de índices de criminalidade nas regiões é positivo para os residentes e transeuntes impactados de forma direta, mas também, indiretamente, aumenta os índices de qualidade de vida da cidade, melhorando o interesse público pela região.

Outra consequência positiva é o estímulo à economia local. Mahendra *et al* (2021, p. 148, tradução própria) reforça a importância do fortalecimento, inclusive, do comércio informal nas cidades. Segundo o autor, para um desenvolvimento mais sustentável das cidades, é necessário “estimular o acesso a espaços públicos, a serviços, a clientes e à rede de apoio social”<sup>8</sup>, estendido aos comerciantes informais, já que eles “garantem o suprimento de produtos e serviços necessários para o funcionamento da economia formal da cidade” (Mahendra, 2021, p. 145, tradução própria)<sup>9</sup>.

Ainda, o impacto positivo no comércio local pode ser estimulado pelo aumento de circulação de pedestres. Arup (2016) apresenta exemplos nesse sentido. Em um primeiro caso, ocorrido em Brooklyn<sup>10</sup>, a transformação de um estacionamento em praça de pedestres aumentou em 172% as vendas de comerciantes do entorno. Em outro caso, afirma que mais de 60% dos visitantes em feiras compram em ao menos outra loja da mesma região. A circulação de pessoas é um fator importante para o estímulo da economia local.

<sup>8</sup> No original: “Expand access to public spaces, services, customers, and social safety nets”.

<sup>9</sup> No original, o parágrafo inteiro: “Informal economic activities must be supported because they not only provide livelihoods for the working poor but also supply goods and services that keep the city’s formal economy running. Transforming urban employment policies to recognize the hidden value of informal employment and support informal workers can increase their well-being and boost the economic resilience of cities.”

<sup>10</sup> Bairro da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Como capital ganho nessa dinâmica, também pode-se considerar o estímulo à inovação. Arup (2016, p. 61, tradução própria) indica que “o nível de criatividade de uma cidade aumenta sua atratividade para trabalhadores qualificados e estudantes talentosos<sup>11</sup>”. O impulsionamento de ideias que inovem espaços uma vez ociosos e que tragam novas soluções estimula, inclusive, o investimento doméstico. Com espaços mais atrativos, onde circulam mais pessoas e a qualidade de vida aumenta, a atratividade para investimentos acompanha. Sobre o tema, Arup (2016, p. 60, tradução própria) afirma:

Como as cidades continuam a competir umas com as outras para atrair capital, caminhar pode ser uma ferramenta de sucesso para a promoção da prosperidade de uma cidade. Investir em espaços públicos caminháveis pode ser um catalisador para a regeneração, tornando as cidades atraentes para investimentos privados e proporcionando benefícios econômicos para as comunidades<sup>12</sup>.

Por fim, em muitos casos, intervenções urbanas também contribuem para dar visibilidade ao patrimônio histórico das cidades e preservação do mesmo. A memória dos espaços das cidades pode ser utilizada na exploração do turismo, mas também contribui para o sentimento de pertencimento e aumento do vínculo comunitário citado anteriormente. Arup (2016, p. 44, tradução própria) afirma que “aumentar o senso de lugar pode aumentar a conscientização sobre a história local, ajudando as comunidades a construir uma memória coletiva e uma identidade cultural<sup>13</sup>”.

Os aspectos mencionados são alguns dos motivos pelos quais o envolvimento amplo da comunidade é importante. Mahendra (2021, p. 169, tradução própria) afirma que “o planejamento espacial deficiente contribui diretamente para a expansão urbana não gerenciada, que tem consequências econômicas e ambientais de longo alcance<sup>14</sup>”. Intervenções urbanas, inclusive as organizadas pela sociedade de forma autônoma, podem contribuir para a identificação das lacunas de planejamento urbano

<sup>11</sup> No original: “a city’s level of creativity raises its attractiveness for skilled workers and talented students.”

<sup>12</sup> No original: “As cities continue to compete with each other to attract capital, walking may be a successful tool for the promotion of a city’s prosperity. Investing in walkable public spaces can be a catalyst for regeneration, making cities attractive to private investments and providing economic benefits to communities.”

<sup>13</sup> No original: “Enhancing the sense of place can raise awareness around the local history, helping communities to build a collective memory and a cultural identity.”

<sup>14</sup> No original: “Weak spatial planning directly contributes to unmanaged urban expansion, which has far-reaching economic and environmental consequences”.



nas cidades. Por esse motivo, busca-se entender como a participação cidadã pode ser instigada.

Em suma, destaca-se a importância do pensar as intervenções nas cidades com o envolvimento da comunidade, buscando diminuir as distâncias entre o projetado e o público que será afetado pelas intervenções. A construção coletiva traz diversos benefícios citados, entre eles, o fortalecimento do exercício da cidadania, aumento da segurança, melhora na sensação de pertencimento e bem-estar e estímulo da economia local. Esses são elementos reforçados por diversos autores, como Arend (2015), Gatti (2013), Mahendra *et al* (2021) e Arup (2016). Para entender como ocorrem essas avaliações sob a perspectiva da Comunicação, é necessário fazer um resgate teórico a respeito da função da Comunicação.

### 3 COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÕES URBANAS

Este capítulo aborda a comunicação como meio e estratégia na promoção de intervenções urbanas. Inicialmente, aborda-se a Comunicação no contexto histórico da evolução das dinâmicas urbanas. Em seguida, busca-se explicar possíveis relações entre comunicação e intervenções urbanas e como a primeira pode contribuir para a segunda. Por fim, são abordados exemplos de intervenções que materializam os conceitos abordados anteriormente.

#### 3.1 COMUNICAÇÃO E DINÂMICAS NAS CIDADES

Nas cidades, os espaços públicos podem ser qualificados como área de intercâmbio e disputa de ideias, por onde observam-se os fenômenos comunicacionais, servindo muitas vezes como objeto de estudo. Intervenções urbanas, sejam de ordem formal ou não, requerem a articulação de diferentes setores da sociedade. Essa articulação demanda ambientes para poder florescer. Por sua natureza, espaços públicos são os lugares para discussão de pautas e soluções coletivas.

Espaços públicos são um palco para a vida pública e um espelho das organizações sociais. Eles fornecem a principal oportunidade para atividades sociais, encontro de pessoas e troca de valores e experiências (Arup, 2016, p. 48, tradução própria)<sup>15</sup>

A Comunicação pode contribuir de múltiplas formas nas articulações sociais organizadas em espaços públicos, como na investigação, análise e compreensão sobre as relações entre os diferentes agentes envolvidos no processo de intervenção nas cidades. A Comunicação também dispõe de ferramentas que ajudam a planejar e executar ações estratégicas nas cidades envolvendo múltiplos agentes.

Ainda, a ela pode contribuir na eficiência da propagação de uma mensagem (quer seja uma ideia, uma demanda, ou a divulgação de uma ação) para outras pessoas. Refletir sobre a Comunicação dentro da prática urbana tem relevância social, uma vez que é um tema de interesse coletivo, cujas ações têm impacto direto e indireto em centenas ou milhares de pessoas. Entende-se que o pensar-comunicação

<sup>15</sup> No original: "Public spaces are a stage for public life and a mirror of social organisations. They provide the main opportunity for social activities, people gathering and the exchange of values and experiences".

é essencial para buscar uma aproximação de qualidade entre os diferentes atores desse meio.

Para compreender como ocorrem as relações nesses meios, é preciso destacar que os espaços públicos nas cidades, seus usos e propósitos, foram transformando-se ao longo dos tempos. Sobre o tema, Thompson (2010) relembra a estruturação entre vida privada e vida pública da sociedade na Grécia Antiga. O autor destaca que o papel da vida pública, para os gregos, era o exercício da vida política – restrito apenas a alguns cidadãos. Sobre a relevância dos espaços públicos na época, Thompson (2010, p. 14) afirma que:

O fato de que elas [as pessoas] eram vistas e ouvidas pelos outros lhes conferia um tipo de realidade que não teriam de outra forma, uma realidade baseada no fato de que as ações e declarações foram testemunhadas por uma gama de outros.

O autor relata que, nos Séculos XVI e XVII, há uma transformação do sentido da esfera pública, onde as estruturas de intercâmbio cultural e de informação não faziam parte do Estado, mas eram mediados por indivíduos com empreendimentos próprios dentro da sociedade. Thomson (2010, p. 16) afirma que “[...]esse novo tipo de esfera pública era, em certo sentido, um espaço no entremeio – isso é, entre o Estado, por um lado, e o domínio privado do domicílio e da família, por outro”.

A sociedade moderna, no entanto, trouxe duas noções de espaço coletivo aparentemente paradoxais. Por um lado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>16</sup> assinada em 1948 firmou diversos conceitos modernos de organização em sociedade. Entre os destaques que provocam maior interferência na vida urbana, o direito à liberdade de reunião e associação pacífica, a afirmação de que toda pessoa tem deveres para com a comunidade e a assertiva de que a vontade da população deve ser refletida pelos representantes eleitos. Apesar do fato de a aplicação desses direitos não ser verdadeiramente universal, a existência deles indica o entendimento que a sociedade moderna tem sobre o ser em sociedade.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam os direitos que pautam a régua do que é minimamente esperado da convivência entre pessoas, o desenvolvimento das

<sup>16</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) - com diretrizes definidas pelo comitê internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 e assinada, à época, por 48 países - resume em 30 artigos os direitos garantidos a todos os seres humanos. O documento foi desenvolvido em consequência às atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial e serviu de base para a formulação de constituições no mundo, incluindo a do Brasil.

tecnologias modificou as cidades de forma agressiva, muitas vezes aumentando as distâncias entre as pessoas ao invés de uni-las. Em especial nas cidades ocidentais, mas não restringido a elas, a popularização de veículos individuais no Século XX tornou o planejamento de vias e estradas algo central no desenvolvimento das cidades. Rocha Neto (2012, p. 42) diz que:

No final do século XIX, a sociedade moderna delegou aos automóveis o papel de protagonistas das ruas urbanas e convidou os habitantes das cidades a se aglomerarem ao redor das ruas, estradas e avenidas. A rua da cidade pré-industrial como espaço da sociabilidade é cada vez mais modificada com a introdução dos automóveis.

O Século XX e a promoção dos automóveis coincidiu com o desenvolvimento do movimento urbano modernista. A visão ganhou forças nas décadas de 1920 e 1930 e foi inspirada pelos ideais de racionalidade, progresso e industrialização, aliados ao pensamento moderno que florescia na arquitetura, na música e em todas as expressões de arte. De forma simplificada, o movimento enfatizava a separação de funções dentro da cidade, unidas por longas e largas vias. Havia um entendimento, ao menos por parte desses urbanistas, de que a setorização das cidades em suas funções (trabalho, comércio, lazer, moradia) seria a forma otimizada do habitar. A Carta de Atenas<sup>17</sup> definiu que as quatro funções das cidades seriam: habitar, trabalhar, recreação e circulação. Para os primeiros urbanistas modernos, as cidades deveriam ser projetadas com setores específicos para cada uma dessas funções.

Na prática, muitas vezes os espaços (e em especial os espaços públicos) acabavam por ser monótonos, sem cumprir sua função e pouco acessíveis. Brasília constitui a maior expressão dessa visão. Mas, de muitas outras formas, o modernismo está estampado na maioria das cidades que se desenvolveram no século passado, apesar de superado no campo teórico. Lupchinski (2018, p. 25), descreve:

O século passado foi marcado pela expansão acelerada das indústrias automobilísticas no Brasil e, como consequência, as cidades foram se moldando às novas necessidades das ruas, que era de comportar os veículos que começavam a circular no perímetro urbano.

Grandes viadutos, extensas avenidas, regiões condominiais, entre outros, são detectáveis ao circularmos pelas grandes cidades brasileiras. Esses projetos

<sup>17</sup> Marco fundamental do Século XX, a Carta de Atenas sintetiza as principais discussões que modernistas estavam tendo à respeito das cidades e da arquitetura. Ela é fruto das conclusões atingidas no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933.

frequentemente deixam áreas residuais, onde não há uma função específica a ser exercida e, muitas vezes, não chegam investimentos públicos. Esse é o motivo do aparente paradoxo que propõe a reflexão sobre como uma sociedade que busca direitos universais exclui a alguns em sua própria forma de estruturar suas cidades.

Ao passo em que as cidades cresciam agressivamente, a Comunicação ganhava novas vertentes e pensadores. Não à toa, Martino (2001) trata a área utilizando analogias como artérias ou estradas. Para a Comunicação, no entanto, é indispensável o intercâmbio entre os diferentes agentes das cidades, uma vez que Martino (2001, p. 19) afirma:

É, pois, no contraste cultural e no impulso de superar as diferenças que a comunicação se torna visível e supera os entorpecimentos das relações comunitárias. Nós somente nos damos conta de nosso idioma entrando em contato com o de outros.

Nas cidades, as diferenças de idiomas podem ser traduzidas nos conflitos e desafios no que diz respeito à interação entre interesses distintos e grupos políticos e sociais convivendo em um mesmo espaço, sendo essa a dinâmica em que a Comunicação ganha vida e torna-se necessária. Para poder pensar na atuação da Comunicação na evolução das cidades, se faz imprescindível investigar, pois, a relação entre a Comunicação e as intervenções urbanas.

### 3.2 A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E AS INTERVENÇÕES URBANAS

A Comunicação, em sua interpretação mais simples (emissor, meio, receptor), sempre esteve presente nas relações humanas e com o meio. No entanto, é principalmente no Século XX que se desenvolvem os processos de reflexão e teorização sobre a Comunicação dentro do meio científico. Com a popularização da rádio e, posteriormente, da televisão, teóricos no mundo passaram a desenvolver suas próprias vertentes sobre o que configura a Comunicação como campo de estudo.

França (2001, p. 52), indica que “[...] os estudos sobre a comunicação tanto foram provocados pela chegada dos novos meios, como foram também, e sobretudo, demandados por uma sociedade que necessitava usar melhor a comunicação para a consecução de seus projetos”. A autora defende que, embora as implementações dos novos meios não tenham descoberto ou demonstrado a comunicação, a sociedade moderna passou a refletir sobre a comunicação, problematizando-a e estruturando diferentes formas de interpretar sua dinâmica.

Rodrigues (1990, p. 141) levanta a dificuldade de definir o escopo da Comunicação, uma vez que ela concebe e é concebida pelo mundo, simultaneamente, afirmando que “[...] a comunicação se inscreve, por isso, no mundo comum; pressupõe-no, elabora-o, restabelece-o, desloca-o”. Nesse sentido, França (2001, p. 46) defende que à teoria da Comunicação cabe a produção de reflexões sobre o mundo, “[...] conhecer não é apenas reconhecer a prática, mas antecipá-la, revesti-la de sentidos, projetá-la, isto é, abrir o ato para seu significado cultural”.

Busca-se, então, compreender o que equivale o objeto da Comunicação. Para França (2001), consiste na identificação dos objetos comunicativos presentes em nossa realidade com o intuito de promover o desenvolvimento de construções conceituais a partir deles. Segundo a autora, o processo de teorização da Comunicação não parte apenas de uma mera reflexão, mas também de um entendimento do porquê o indivíduo é afetado pelas suas relações com o mundo. É, portanto, essencial no processo de estudo da comunicação, a observação das relações e interações entre diferentes indivíduos/objetos.

Nesse sentido, as intervenções urbanas podem ser objeto e meio para a Comunicação. Rodrigues (1990, p. 141) indica que a Comunicação é, “[...] sobretudo, o processo instituinte do espaço público em que se desenrolam as suas ações e os seus discursos, e coincide com o próprio jogo dos papéis que as instituições lhes destinam”. O autor dialoga com Martino (2001), cuja interpretação sobre os processos comunicacionais compreende a busca pelo comum, ou um objeto de consciência. Para Martino (2001, p. 23), “[...] comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto)”.

Tendo a visão de Rodrigues (1990) e Martino (2001) como referência, entende-se que, para ser bem-sucedida no seu impacto, uma intervenção urbana necessita conectar-se com algum processo mental ou emocional dos indivíduos para poder afetá-los. Com base nas reflexões anteriores, pode-se dizer que entre os propósitos da Comunicação está a análise a respeito da forma como diferentes grupos são afetados por determinado estímulo. Martino (2001, p. 23) afirma:

Um estímulo é uma entidade relativa, não existe no mundo, mas apenas em relação ao indivíduo que interpreta. Em suma, a natureza mecânica dá lugar a processos que primam pela interpretação e pela seleção. A comunicação entre dois animais não é fundamentalmente diferente desta que ocorre entre o organismo e seu meio.

Esse processo não é simples. Faz-se necessário materializar e sistematizá-lo. Para atender a demandas complexas, como intervenções em áreas urbanas, comunicólogos têm o papel de contribuir para o diagnóstico e para a análise do contexto local. O profissional da Comunicação irá observar os fenômenos que se apresentam com distanciamento. O recuo é importante para poder identificar os fenômenos com o menor viés e a maior antecipação possíveis. Há múltiplos cenários em que se pode observar este processo. Para este estudo, consideram-se apenas dois.

Por um lado, estão os desafios internos ao grupo ou organização que planeja uma intervenção. São os processos comunicacionais internos, anteriores à execução de uma ação, voltados a atender desafios na dinâmica de organização do coletivo ou da equipe técnica que está à frente de um projeto. Entre as necessidades que podem se apresentar nesses casos está a compatibilização de linguagens entre diferentes áreas de conhecimento (sociais e técnicos).

Há, também, o desafio de como buscar a comunidade para compreender suas demandas nas fases de diagnóstico, da execução e, inclusive, após a execução, uma vez que é importante manter o engajamento da comunidade nos espaços, para estimular o potencial a longo prazo das intervenções realizadas. Ainda, em muitas circunstâncias se apresentam impasses com entidades públicas ou privadas que demandam a gestão de conflito. A depender do tamanho da intervenção, ela necessitará de um plano de ação para gerir crises em potencial. Há ferramentas da Comunicação que podem atender a todas essas demandas.

Além disso, estão os processos comunicacionais que buscam atender aos desafios de conectar-se com públicos externos. É o trabalho que trata da relação com a imprensa, com os agentes públicos e privados externos à organização e que podem ser afetados pelas intervenções, bem como a população da região e a população geral. Nestes processos, busca-se compreender quais as necessidades dos diferentes públicos e como tratar os temas voltados à intervenção de forma a ser mais compreensível e palatável para cada tipo de público.

Nesse sentido, a difusão de informações e a promoção do envolvimento ativo dos cidadãos nos processos de transformação urbana configura um dos papéis da Comunicação. Castells (2010) afirma que a Comunicação é uma ferramenta crucial para a construção de um espaço público participativo, no qual os cidadãos podem

expressar suas opiniões e contribuir para a formulação de estratégias urbanas, e são essenciais para a promoção das qualidades citadas no subcapítulo 2.4 deste estudo.

É evidente que os papéis da Comunicação no campo das intervenções urbanas é amplo, podendo ocupar-se da complexidade e profundidade das relações entre agentes interventores, da interpretação da realidade para promoção de estratégias de intervenção sob a ótica da Comunicação, ao desenvolvimento do processo comunicacional de propagação de ações. Para efeitos deste estudo, o foco deu-se no último caso. Foi definido um recorte de três categorias de promoção de valores onde a Comunicação deve atuar. As categorias são baseadas no levantamento bibliográfico realizado e descrito nos capítulos 2 e 3. Elas são a promoção da ocupação e usufruto do espaço público buscando ativar: (i) atributos emocionais, (ii) aspectos formais e de legislação e (iii) aspectos que evoquem a participação cidadã. Para uma compreensão de como essas categorias podem ser promovidas na prática, faz-se necessário levantar exemplos.

### 3.3 EXEMPLOS DE INTERVENÇÕES URBANAS

Para ilustração e referência, é importante levantar alguns exemplos de intervenções realizadas nas últimas décadas e os impactos positivos e negativos dessas experiências. Nesse sentido, a seguir, serão apresentadas intervenções urbanas, algumas permanentes, outras temporárias ou itinerantes. Algumas envolvem o Estado e outras são organizadas de forma independente.

Alguns exemplos são internacionais, com um maior destaque às experiências na América Latina. Em todas elas, é possível identificar a intenção projetada em suas criações, em especial buscando ativar o envolvimento das pessoas em três categorias: atributos emocionais, parâmetros formais e de legislação e aspectos que evoquem a participação cidadã.

#### 3.3.1 Muros da memória – Eduardo Kobra<sup>18</sup>

O projeto foi iniciado em 2002 e teve como primeiro palco de exibição a cidade de São Paulo. O objetivo do artista consistia em ativar a memória e manifestar o interesse pela história da região na cidade onde ocorreu a instalação, onde, segundo o autor, antigamente as ruas eram mais calmas e a percepção da passagem do tempo

---

<sup>18</sup> Artista muralista brasileiro, nascido em São Paulo, em 1985.



era diferente. Ao ativar a memória, é possível promover o reforço de vínculos afetivos das pessoas com a cidade, seu bairro e sua história.

Para a realização do projeto, o artista fez uma extensa pesquisa de imagens da cidade e do modo de vida das pessoas no início do Século XX. Na Imagem 1, observa-se uma edição do projeto. A imagem reflete a cidade no século passado, em preto e branco, com personagens e carros característicos da época. Esse registro foi escolhido por enaltecer a proporção da intervenção e os elementos retratados pelo artista.

**Imagem 1** – Muros da memória em São Paulo



Fonte: Dionisioag (2023)

Com o tempo, o projeto evoluiu e novas intervenções foram feitas, incluindo um muro em comemoração aos 455 anos da cidade. O artista passou a ser reconhecido pela linguagem de sua arte. Um processo que iniciou de forma independente, passou a ser demandado por iniciativas públicas e privadas. Apesar de não ter uma medição por amostra do impacto nas pessoas, os muros podem ser vistos por quem passa por qualquer tipo de meio de transporte ou a pé. Há diversos registros na internet de seus projetos, já que, por terem uma expressão realista, impactam o público.

A divulgação das intervenções promovidas pelo artista é feita de múltiplas formas. Por um lado, transeuntes, de forma autônoma e espontânea, realizam registros e os publicam na internet nas mais variadas plataformas disponíveis. Veículos de comunicação publicaram entrevistas com Kobra, que contribuem para a promoção de seu trabalho. Além disso, o artista possui um site com as informações principais sobre sua biografia e suas intervenções. O site está disponível em sete línguas, incluindo português, inglês, espanhol, francês e alemão.

Com o passar dos anos e com uma maior visibilidade, Eduardo Kobra desenvolveu outros projetos de muralismo, que também buscam ativar a memória coletiva. A linguagem visual de seus murais resgatando povos nativos ficou conhecida mundialmente. A capacidade de impactar pessoas com sua arte o levou a realizar muros em outros países, como Estados Unidos, França e Polônia.

### 3.3.2 Travessa Cultural Redenção – VELA<sup>19</sup>,

Promovido pelo coletivo independente denominado VELA, e em associação à Casa Musgo<sup>20</sup>, a Travessa Cultural Redenção foi um evento organizado em uma quadra da Rua Vieira de Castro, na cidade de Porto Alegre, Brasil, em 2016. O coletivo tinha como manifesto o desejo de “[...] iluminar os espaços públicos para que neles possamos nos encontrar [...]” (COLETIVO VELA, 2016), e a intervenção foi uma de suas ações voltadas a atender esse objetivo.

A ação consistiu no fechamento de um trecho da rua para realização de atividades culturais voltadas a diversos públicos: adultos, crianças, vizinhos, comerciantes. A dinâmica teve como objetivo acionar a rede de vizinhança e comerciantes na região para promover integração, aumentar o sentimento de pertencimento com o bairro e estimular a economia local. Além dessas características, a ação buscou promover a imaginação de novas possibilidades de uso para a rua que, na época, estava com um fluxo de pessoas debilitado, apesar de ser uma região próxima ao principal parque da cidade. Para o evento, foi desenvolvida uma agenda que contemplava de crianças a adultos, que incluiu: apresentação de teatro para crianças, apresentações musicais ao longo da tarde e noite, brechós, venda de alimento e bebida de produtores locais, pintura ao vivo dos murais da Casa Musgo, entre outros.

Por além da agenda, o coletivo expôs uma maquete interativa da rua (Imagem 2), convidando as pessoas presentes a imaginarem e indicarem (com *post-its* e elementos representativos de mobiliário) o que elas gostariam que existisse naquele espaço, bem como indicarem o que funcionava ou poderia melhorar. Também foi

<sup>19</sup> VELA - Vivências e Estratégias em Lugares Abertos foi um coletivo ativo no período de 2015-2016 na cidade de Porto Alegre. O grupo organizou encontros, eventos e promoveu reflexões sobre a cidade. Nasceu a partir de provocações feitas no 1º Congresso Internacional Espaços Públicos, realizado em 2015.

<sup>20</sup> Espaço cultural com galeria de arte, loja e ateliê localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

exposta uma análise da situação estrutural da rua na época, através de um breve estudo realizado pelo coletivo (Imagem 3).

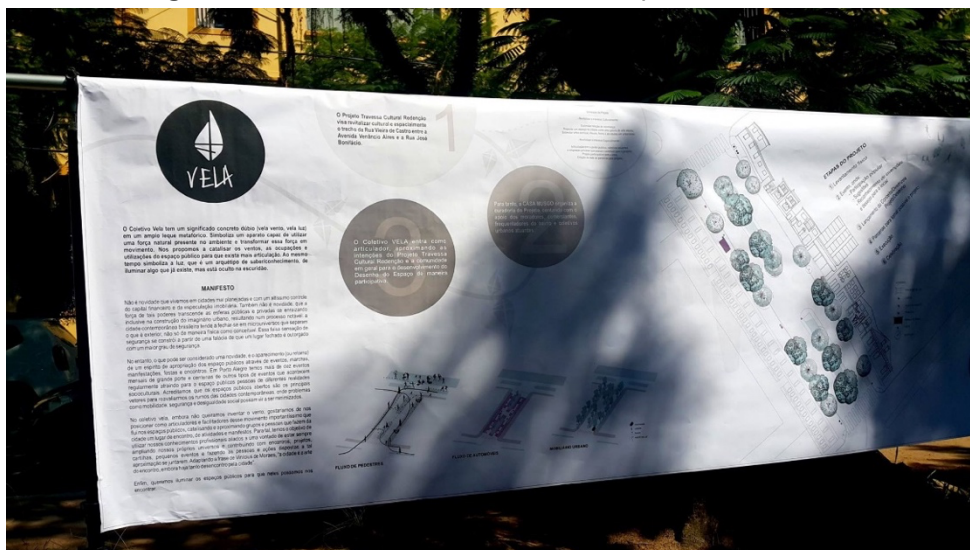
**Imagem 2 – Maquete apresentada na intervenção Travessa Cultural Redenção**



Fonte: Costa (2016a)

O trabalho foi feito de forma independente, em reuniões internas, buscando aproximar-se dos objetivos da ação. Com poucos recursos, foi possível viabilizar o uso da maquete e do painel. A impressão do material foi providenciada com recursos próprios, bem como a produção da maquete, que reaproveitou materiais de trabalhos anteriores. Os desenhos dos elementos de mobiliário urbano foram feitos manualmente pelo coletivo.

**Imagem 3 – Análise da estrutura levantada pelo coletivo VELA**



Fonte: Costa (2016b)

Ao longo de toda a tarde e noite, transeuntes e vizinhos interagiam com a maquete, modificando o local de alguns elementos ou realizando anotações onde entendiam que deveria haver alguma mudança, como demonstrado na Imagem 4. As proposições foram registradas pelo coletivo em fotos e anotações. Também ocorreram registros de ideias compartilhadas por meio de conversas.

**Imagem 4** – Registro do evento Travessa Cultura Redenção



Fonte: Casa Musgo (2016)

O grupo utilizou do Facebook<sup>21</sup> como principal meio de divulgação digital da iniciativa. Por meio de um evento criado na plataforma, os participantes foram convidados. A ativação prévia entre vizinhos e comerciantes contribuiu para que as pessoas diretamente vinculadas com o espaço soubessem da ação, apesar das divulgações na internet. Antes, durante e após o evento, essa foi a principal ferramenta de divulgação de fotos e vídeos e de quem estaria presente na iniciativa.

A rua onde foi realizada a intervenção passou por diversas modificações ao longo dos anos, desde então. Atualmente, conta com diversos comércios, bares e restaurantes, que ficam abertos durante o dia. A ação promovida pelo coletivo VELA permitiu visualizar, em um dia, uma perspectiva do que poderia ser o futuro daquela

<sup>21</sup> Facebook é uma mídia social e rede social virtual de propriedade da Meta, Inc. Na época da realização da ação, os 'eventos' no Facebook eram uma poderosa ferramenta de divulgação de ações no Brasil. Todo tipo de evento (cultural, político, independente, financiado por entidades públicas e privadas) eram divulgados se utilizando dessa ferramenta.

quadra. A Imagem 5 apresenta uma colagem feita pelo fotógrafo Zé Luiz Dias<sup>22</sup> que retrata o espírito central da ação, intercalando trechos da rua em um dia comum à época (com poucas pessoas circulando e carros estacionados), e o dia da intervenção, onde não havia carros na via e as calçadas estavam cheias de pessoas.

**Imagem 5** – Colagem feita representando o evento Travessa Cultural Redenção



Fonte: Dias (2018)

### 3.3.3 Ejército de Mimos – Bogotá<sup>23</sup>

Segundo Civantos (2011), na década de 1990, Bogotá era considerada uma das cidades mais perigosas e caóticas da América Latina. Um dos problemas de que sofria era a violência e o caos no trânsito. Na época, a prefeitura recorreu a intervenções artísticas como método para educar motoristas e pedestres quanto às normas de trânsito, reforçando aspectos formais e de legislação por meio da arte, bem como instigando a participação cidadã no cumprimento das normas de segurança no trânsito e observação do comportamento de terceiros. Civantos (2011, tradução própria) indica que a solução, proposta pela prefeitura, para o problema no trânsito

[...] consistia em levar à rua 500 mímicos, cuja missão era apontar com o dedo da luva todos aqueles cuja conduta rodoviária se desviasse do código de boas condutas rodoviárias. Assim, se alguém atravessasse fora de uma faixa, era imediatamente seguido por um mímico que fazia sinais dedurando

<sup>22</sup> Fotógrafo que atua na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Graduado em Fotografia pela UNISINOS.

<sup>23</sup> “Exército de mímicos”, uma ação realizada no país na década de 1990, que utilizou intervenção da arte no meio urbano como método educativo no trânsito. Ações similares foram replicadas em outros países da América Latina nas décadas seguintes.

a má conduta, servindo de escárnio público perante os restantes observadores<sup>24</sup>.

A proposta (cuja execução pode ser vista na Imagem 6) representou um esforço por parte da prefeitura de aproximar os cidadãos a uma melhor vida urbana e no trânsito, tendo menor investimento e buscando maior eficiência. Campanhas por segurança viária, quando feitas da forma tradicional, muitas vezes envolvem veículos de comunicação como televisão e rádio, pôsteres e outros recursos que requerem alto investimento, como desenvolvimento de vídeos e campanhas publicitárias. Apesar de que é possível que esta ação tenha contado com algum incentivo do tipo (não foi possível encontrar registros), a divulgação orgânica, seja pela mídia tradicional ou por comentários boca-a-boca das pessoas dentro de suas redes de amigos e vizinhança é um fator contribuidor relevante.

**Imagem 6** – Registro histórico da intervenção Ejército de Mimos em execução



Fonte: Civantos (2011)

Apesar de não ser uma solução ortodoxa, as intervenções geraram bons resultados. Em alguns anos, Bogotá havia se tornado referência, com cidadãos exemplares na direção motorizada, provados pelas intervenções dos artistas e,

<sup>24</sup> No original: La receta, tremendamente sencilla, consistió en sacar 500 mimos a las calles, quienes tenían como misión señalar con el dedo de su guante a todos aquellos cuya conducta vial se apartara del código de la buena conducta vial. Así, si alguien cruzaba por fuera de un paso de cebra, inmediatamente era perseguido por un mimo que le cantaba las cuarenta con circunspección, sirviendo de escarnio público ante el resto de observadores.

possivelmente, pelo constrangimento coletivo. A eficiência do projeto foi tamanha que outros países repetiram a proposta décadas após o ocorrido, como Venezuela e México.

#### 3.3.4 Green Light for Midtown – Nova Iorque<sup>25</sup>

Em 2009, a prefeitura de Nova Iorque realizou um teste e organizou intervenções em um dos principais cartões postais da cidade: a Times Square. Tradicionalmente uma avenida repleta de carros e letreiros luminosos, a cidade passou a analisar a possibilidade de diminuir o fluxo de veículos motorizados e estimular a circulação de pedestres. Em um primeiro momento, foram fechadas temporariamente parte das ruas para circulação de carros. Pintaram o solo, adicionaram cadeiras e bancos para as pessoas ocuparem, e observaram a resposta do público. Um espaço que por décadas foi retratado na cultura popular por táxis e veículos públicos e privados passou a ser populado por pessoas. A intervenção instigou pedestres a se envolverem de forma mais segura com o espaço e desenvolverem uma relação afetiva de forma mais direta.

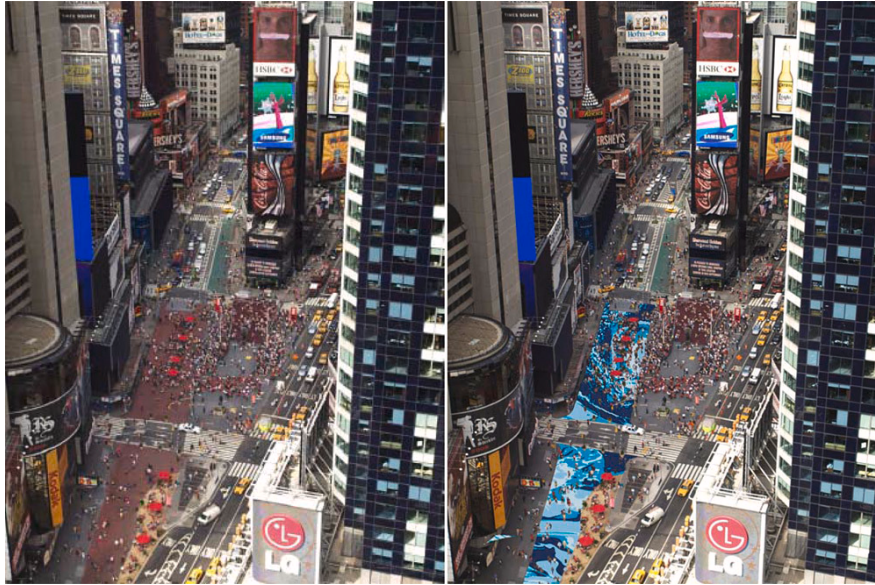
Com o sucesso da primeira intervenção, a cidade decidiu transformar de forma permanente o espaço, eliminando o tráfego motorizado em uma parte da avenida e desenvolvendo um ambiente amigável para pedestres e ciclistas. Segundo matéria divulgada pelo Laboratório Q (2009, tradução própria), o objetivo da intervenção foi “criar uma superfície ininterrupta e coesa, reforçando o papel icônico da praça como palco ao ar livre de entretenimento, cultura e vida urbana”<sup>26</sup>.

Outro propósito da intervenção consistia em fazer com que os nova-iorquinos se sentissem incluídos, já que muitos deles não desenvolviam um sentimento de identidade com a Times Square e sentiam que era um lugar para turistas. O projeto também visava reduzir os acidentes de trânsito na região e tornar o espaço em geral um lugar mais dinâmico e acolhedor. Uma visão superior da intervenção realizada pode ser vista na Imagem 7. Nela, é possível visualizar as faixas central e lateral esquerda totalmente fechadas para ciclistas e pedestres, transformadas em dois momentos distintos. À direita, o tráfego de veículos flui regularmente.

<sup>25</sup> Intervenção realizada na Times Square, avenida localizada na cidade de Nova Iorque, EUA.

<sup>26</sup> No original: The purpose of the intervention was to create an uninterrupted and cohesive surface, reinforcing the square's iconic role as an outdoor stage for entertainment, culture and urban life.

**Imagem 7** – Antes e depois do processo de pintura do pavimento na Times Square



Fonte: Dilworth (2023).

O projeto transformou radicalmente o espaço. A cidade identificou impactos significativamente positivos na região. Segundo entrevista realizada por Jose Luis Gabriel Cruz (2014) à prefeitura local na época, ainda que se estimassem setenta pedestres para cada dez carros na Times Square antes da implementação do projeto, o ruído gerado pelos veículos era o que prevalecia na região. Com o aumento de pedestres e a parcial eliminação dos veículos, a receita dos comércios locais aumentou em 71%, considerado pela prefeitura o maior aumento histórico até aquele momento.

A intervenção na Times Square serviu de exemplo para outras cidades turísticas nos anos subsequentes. O projeto reforçou os benefícios de tornar acessível ao pedestre o espaço urbano, tendo o mobiliário e a acessibilidade adequada. Apesar de ter ocorrido há pouco mais de uma década, o projeto aderiu completamente à rotina dos turistas e locais, sendo o novo formato a principal referência da avenida que se encontra nas redes e nos relatos das experiências das pessoas.

### 3.3.5 Arquitetura Efêmera Inflável – TransLAB.URB<sup>27</sup>

Entre os diversos projetos promovidos pelo coletivo TransLAB.URB, o “Arquitetura Efêmera Inflável”, desenvolvido em 2017, constituiu o desenvolvimento

<sup>27</sup> Projeto desenvolvido em 2017 pelo coletivo TransLAB.URB, que realiza intervenções urbanas sob a perspectiva da promoção do ativismo cidadão e da cidade como um Bem Comum. O coletivo é objeto de pesquisa deste estudo. Mais informações sobre ele estão presentes no capítulo 4.



de uma estrutura inflável e passível de instalação em múltiplos lugares, que permitisse unir uma comunidade ou um grupo de pessoas em um espaço público, à noite, para projeção de quaisquer materiais audiovisuais que fossem de interesse coletivo. Segundo o coletivo, a ideia foi “[...] promover intervenções que gerem debates sobre o uso dos espaços públicos, marcos urbanos e convivência” (TransLAB.URB, 2023).

O inflável foi utilizado em múltiplas ações. Houve intervenções em São Luís (Maranhão, Brasil), em Porto Alegre, Cachoeira do Sul e Novo Hamburgo (cidades do Rio Grande do Sul, Brasil) e em Buenos Aires, Argentina. O protótipo (que pode ser visualizado na Imagem 8) é costurado, reutilizável e pode ser reproduzido por outras pessoas.

**Imagem 8** – Registro de uma edição de Arquitetura Efêmera Inflável



Fonte: TransLAB.URB (2018a).

As intervenções propostas buscam ativar o sentimento de vínculo e identidade das pessoas com os espaços públicos, bem como incentivar a participação cidadã. Também podem estar vinculados ao estímulo do aumento de segurança de um determinado lugar, e como ação que busca reivindicação de alguma pauta coletiva. Esta é uma das dezenas de intervenções propostas pelo coletivo. Ela pertence à vertical por eles denominada de Ativação Urbana, pois promovem a ativação dos espaços públicos em regiões onde a infraestrutura não se encontra presente. Outros detalhes sobre este e outros tipos de intervenções do TransLAB.URB serão descritos no capítulo 4 desta monografia.

Em conclusão, como foi possível analisar neste capítulo, há uma estreita relação entre Comunicação e dinâmicas nas cidades, sendo o papel da Comunicação relevante para o desenvolvimento de intervenções urbanas eficientes. Foram discutidas visões teóricas que contribuem para compreender o papel da Comunicação na observação e análise dos fenômenos urbanos e, na sequência, ações concretas que ocorreram nas últimas décadas e que buscavam fortalecer ao menos uma das categorias avaliadas. O levantamento se mostra relevante pois fundamenta a análise desenvolvida no próximo capítulo.

## 4 COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÕES URBANAS: CASO TRANSLAB.URB

Como explicado anteriormente, o objetivo deste estudo consiste em analisar operações de intervenção urbana do TransLAB.URB no Brasil sob a perspectiva da Comunicação. Para poder compreender o contexto do tema, foi necessário efetuar uma pesquisa bibliográfica acerca das principais relações entre Comunicação e Urbanismo. Na sequência, foram reconhecidas as perspectivas relevantes na avaliação da efetividade da comunicação frente às intervenções urbanas para, por fim, identificar os processos comunicacionais na construção e na promoção das atividades realizadas pelo TransLAB.URB em 2023.

### 4.1 METODOLOGIA

Por tratar-se de buscar identificar e melhor definir processos em um fenômeno sob uma ótica nova, a presente pesquisa caracteriza-se como do tipo exploratória. O caráter exploratório é reforçado por Gil (2002, p.41) ao afirmar que esse modelo de pesquisa tem “como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Ademais, a partir do entendimento de Bauer e Gaskell (2003), este é um estudo de natureza qualitativa, por envolver e avaliar a relação entre duas áreas de conhecimento através de ações e fenômenos específicos, com enfoque na interpretação de uma realidade. Para chegar à análise, é necessário recorrer à obtenção de dados qualitativos sobre como os agentes percebem suas produções, bem como executar uma análise qualitativa dos materiais coletados.

Para abordar a relação entre Comunicação e Urbanismo, foi feita uma pesquisa bibliográfica no que refere o desenvolvimento das cidades brasileiras e as leis que as regem e sobre a relação entre Comunicação e intervenções urbanas, buscando referências na literatura, especialmente das áreas de Arquitetura e Urbanismo e de Comunicação. Esse é um processo imperativo para poder identificar os principais aspectos que norteiam a análise da pesquisa.

Sobre o tema, Stumpf (2005) afirma que, ao realizar pesquisa bibliográfica na Comunicação, é primordial conhecer o que já existe na literatura para poder estabelecer os fundamentos que irão guiar a pesquisa, sendo a revisão de literatura uma atividade essencial para a prática acadêmica e para orientar os passos a seguir. Com os elementos da pesquisa bibliográfica, é possível identificar as perspectivas relevantes na avaliação da efetividade da comunicação frente às intervenções

urbanas. Foram, então, definidas três categorias: (i) aspectos que remetem aos atributos emocionais, (ii) aspectos formais e de legislação e (iii) aspectos que evocam a participação cidadã. A partir dessa definição, determina-se que o melhor método para avançarmos na identificação processos comunicacionais na construção e promoção das atividades realizadas pelo TransLAB.URB em 2023 configura o estudo de caso.

De forma a efetuar o estudo, foram utilizadas fontes de dados primárias, isto é, publicações realizadas pelo coletivo em suas redes sociais digitais (como website e LinkedIn, fotos e vídeos de intervenções). Sobre a análise documental, Fonseca (2005) indica que o processo deve encompassar, entre outras etapas, uma leitura flutuante do conteúdo, a formulação de hipóteses, a definição dos objetivos da comunicação do conteúdo, a exploração do material analisado e a interpretação, a qual pode passar por eventuais inferências. Para poder aplicar tal método, este estudo considera uma seleção de postagens na internet feitas pelo próprio coletivo - divulgando suas ações por meio de texto, imagens e vídeos -, as quais serão analisadas sob a perspectiva do cuidado no que tange o impacto em seus públicos, respeitando a ativação de três características, já mencionadas anteriormente: atributos emocionais, aspectos formais e de legislação, e aspectos que evocam a participação cidadã.

As características acima foram definidas com base nos impactos positivos promovidos por intervenções urbanas, levantados por Gatti (2013), Arup (2016), Jacobs (2011) e Mahendra *et al* (2021) e descritas no item 2.4 deste estudo, bem como nos aspectos formais destacados no item 2.1 e nas críticas a eles estabelecidas por Villaça (1999), Rolnik (2010), Jacques (2011) e Pinheiro (2010). A seguir, descrevem-se quais atributos foram considerados para cada uma das características. Na análise do objeto, portanto, sempre que forem citadas algumas das características, serão considerados os atributos detalhados a seguir.

A característica “atribuições emocionais” refere-se aos estímulos ativados nas ações de intervenção urbana que provocam o sentimento de pertencimento nas pessoas envolvidas. A pesquisadora entende que esta é uma característica importante, pois, com reforçado por Arup (2016), o empoderamento adquirido em consequência do envolvimento com o processo de produção da cidade estimula o sentimento de responsabilidade nas ações comunitárias que as pessoas envolvidas possuem. A mesma característica, ainda, está vinculada ao estímulo à preservação

do patrimônio histórico, como visto em Arup (2016). No que diz respeito a esse ponto, a pesquisadora entende que a valorização do patrimônio é, também, um reforço de pertencimento à história do local. O pertencimento, por sua vez, fortalece o senso de responsabilidade para com o espaço e, portanto, pode contribuir para a cadeia de reflexos positivos decorrentes do envolvimento da população nos processos de intervenção urbana.

Por sua vez, a característica “aspectos formais e de legislação” também é essencial de se considerar na análise. Com uma compreensão do papel do Estatuto das Cidades, e tendo em vista que ele estabeleceu as diretrizes que orientam o planejamento das cidades brasileiras, incluindo as dos Planos Diretores, entende-se que o sentido de abordar a legislação quando se fala em intervenções urbanas é, principalmente, porque os direitos e deveres da sociedade e do Estado referentes aos espaços públicos e privados da cidade estão contidos nela. Em múltiplos momentos, quando se trata de intervenções nas cidades, se faz necessário acompanhar algum pretexto legal para sustentar tal fato.

Por fim, a característica “aspectos que evocam a participação cidadã” é fundamentada em dois benefícios abordados no item 2.4, quais sejam o estímulo à economia local e o potencial de inovação característico de regiões com aumento de qualidade de vida para onde profissionais qualificados têm interesse em migrar, conforme sustentado por Mahendra *et al* (2021) e Arup (2016), respectivamente. A pesquisadora entende que tais benefícios podem ser resumidos em aspectos que evoquem participação cidadã porque ambos contribuem para a participação ativa da população para com o espaço em desenvolvimento e para um maior senso de responsabilidade com a comunidade à sua volta.

Fundamentando-se nas características delineadas previamente, foram conduzidas análises das ações realizadas pelo coletivo objeto deste estudo. A fim de compreender o contexto em que essas ações estão inseridas, torna-se imperativo elucidar o assunto em questão.

## 4.2 O TRANSLAB.URB E SUAS AÇÕES

Segundo definição própria, o TransLAB.URB, objeto deste estudo, é um coletivo autônomo que desenvolve projetos no campo da experimentação e da prática em inovação social urbana, de forma multidisciplinar e coletiva. O grupo foi fundado em 2013 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Como meios de comunicação

oficiais, possui um site oficial e páginas em redes sociais digitais como Facebook, Instagram, LinkedIn, Youtube, X (anteriormente denominado Twitter) e Behance.

O TransLAB.URB materializa o refletido por Souza (2004), que aborda o ativismo como mecanismo de organização para promoção de mudanças sociais, políticas e ambientais. Pedrosa *et al* (1990), Villaça (1999) e Jacques (2011), em suas críticas, reforçam que é intrínseco ao desenvolvimento urbano a disputa pelos espaços e pela maneira de formá-los e de ocupá-los. Nesses processos, a atuação de coletivos como o TransLAB.URB torna-se essencial para traduzir de forma técnica, artística e política as demandas da vida urbana. Ao descrever sua filosofia, o coletivo afirma:

Amparados pela certeza de que a cultura urbanística da população é indispensável para sua atuação na melhoria dos territórios urbanos, buscamos criar, difundir e testar diversas metodologias que possibilitem transformações dos espaços, dentro das lógicas do ativismo cidadão e da cidade como um Bem Comum. Acreditamos na criação, manutenção e ampliação de redes distribuídas, com ações locais e conexões globais (TransLAB.URB, 2022d).

A visão do coletivo sobre a relação entre o impacto local e o impacto global consiste no entendimento de que o desenvolvimento das cidades possui similitudes em todo o globo e, na realidade do Século XXI onde a sociedade possui mecanismos de conexão globalizados, ações e experiências desenvolvidas em um local, quando compartilhadas de forma aberta e livre, podem ser distribuídas e customizadas em outras cidades, potencializando seus resultados. Sobre o assunto, o grupo afirma que “[...] o entendimento de estarmos conectados com o maior número de pessoas dedicadas à produção de conhecimento aberto sobre os temas da Inovação Social Urbana é algo vital para nós” (TransLAB.URB, 2022b).

Para cumprir sua missão, o grupo deve estudar e entender os atores que influenciam o espaço em disputa onde está sendo proposta alguma intervenção. No caso de intervenções nas cidades, esse processo indispensavelmente envolve pessoas. Como visto anteriormente, Villaça (1999), Rolnik (2010) e Jacques (2011) explanam sobre a importância de envolver as comunidades nos processos de produção de cidade e sobre a dificuldade de tornar esse processo acessível de forma universal. Em paralelo, Arend (2015) defende que os espaços públicos têm a função de incorporar e refletir diversidades. O coletivo atua em espaços públicos e, tendo isso

em vista, busca-se indagar como a comunicação com o público é pensada e produzida em ações urbanas participativas promovidas pelo mesmo.

Os comunicados do grupo são feitos, de forma geral, em ao menos três línguas: português, espanhol e inglês. Isso deve-se ao fato de que a organização entende que ações locais possuem intersecção com ações globais. Segundo o coletivo, “Os desafios da produção de cidade são muito semelhantes dentro de uma realidade globalizada” (TransLAB.URB, 2022b). Portanto, os aprendizados de ações empíricas praticadas em uma cidade do Brasil podem influenciar em futuras ações em outros lugares da América Latina e do mundo e, nesse contexto, divulgar o conteúdo com abertura para uma conexão com todos os meios urbanos torna-se indispensável.

Como estratégia digital para aumentar seu alcance, o grupo faz uso, quando aplicável, de palavras-chave nas redes sociais digitais. Isso facilita a localização de suas postagens por meio de mecanismos de busca. A título de exemplo, no caso de uma pessoa pesquisar pelas palavras “intervenção urbana”, “cidade” e “caminhabilidade” (palavras comumente atribuídas como palavra-chave nas postagens do coletivo), as chances de encontrar a página do TransLAB.URB são bastante altas. Além disso, o grupo utiliza o Copyleft<sup>28</sup> como licença autoral de suas produções. Isso significa que todos os materiais produzidos pelo coletivo são de livre acesso, desde que se cite a autoria e não se utilize comercialmente destes.

Ademais, os projetos do coletivo são divididos em 3 verticais: Cocriação e Participação, Pedagogia Urbana e Ativação Urbana. Para melhor entender de quais ações o coletivo trata, deve-se compreender as linhas com as quais este trabalha, ou seja, como cada vertical designada pelo grupo é colocada em prática. Vale destacar que as verticais estão fundamentadas no propósito e na filosofia do grupo. Em sua defesa, o coletivo afirma:

Partindo da realidade da cidade de Porto Alegre, última capital estadual em direção ao sul do Brasil, buscamos trabalhar com o que chamamos de “urbanismo de calçada”, aquilo que é humano e cotidiano para todas as pessoas, e em qualquer lugar a ideia é seguir tensionando a nossa produção de questionamentos sobre os rumos das cidades, nos provocando para que sejam ideias sempre acessíveis e voltadas para o bem comum (TransLAB.URB, 2022b).

<sup>28</sup> Copyleft é um mecanismo de proteção da propriedade intelectual que busca exigir que a liberdade de uma obra seja garantida em todas as suas reproduções ou modificações. No contexto do TransLAB.URB, pode-se aplicar a: qualquer projeto desenvolvido pelo coletivo e compartilhado publicamente pode ser reproduzido desde que suas variações decorrentes do uso do modelo da fonte também sejam de uso livre.

Dessa forma, uma das verticais abordadas constitui a Cocriação e Participação. Ela consiste na ação de desenvolver processos customizados para entidades governamentais e outras instituições (públicas ou privadas) com o objetivo de fomentar e facilitar a participação social em projetos urbanos de notório interesse público. Os projetos levados a cabo por esta vertical são os mais numerosos dentro da página oficial do grupo, sendo um deles chamada-se “Cocriação de Diretrizes para Territórios de Interesse Público” (TransLAB.URB, 2022a).

Nessa ação - realizada em associação com o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e outros agentes da iniciativa privada e da administração pública, bem como da sociedade civil -, foi promovida a construção de diretrizes ditas sensíveis para alimentar os critérios quantitativos tradicionalmente definidos pelos detentores do poder de decisão, seja na esfera pública ou na instância privada, em relação aos projetos urbanísticos na cidade de Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul. Como elementos transdisciplinares descritos nessa atividade, foram citadas a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia (TransLAB.URB, 2022d). A Imagem 9 mostra um registro da ação, onde foi organizado um painel de expectativas sobre o processo.

**Imagem 9** – Registro da ação Cocriação de Diretrizes para Territórios de Interesse Público



Fonte: TransLAB.URB (2017a)

Outra vertical de trabalho do coletivo corresponde à Pedagogia Urbana. Ela possui como finalidade a promoção da democratização do conhecimento sobre



idades através de atividades envolvendo membros da sociedade. Um exemplo desse tipo de ação corresponde à atividade realizada pelo coletivo em Porto Alegre, no ano de 2017, chamada “Derivas e Cartografias Afetivas” (TransLAB.URB, 2022a), onde um grupo de pessoas organizaram dois momentos para exercitar a percepção do espaço urbano que os rodeava. O grupo buscou refletir sobre aspectos observados a partir do exercício de deriva<sup>29</sup> e de cartografia afetiva<sup>30</sup>. Um registro desse processo pode ser visto na Imagem 10.

**Imagem 10** – Registro da atividade Derivas e Cartografias Afetivas



Fonte: TransLAB.URB (2017b)

A terceira e última vertical trata das ações de Ativação Urbana. No campo da materialização das práticas, os projetos de Ativação Urbana são projetos pontuais que buscam ativar espaços da cidade por meio de arte, ciência e tecnologia. As atividades envolvem direta e indiretamente a vizinhança e atravessam as características metodológicas abordadas no início deste capítulo Um exemplo de ação nessa vertical

<sup>29</sup> Segundo o TransLAB.URB, Deriva é o processo que consiste em, partindo de um ponto em comum a todo o grupo, andar à deriva pelo meio urbano, deixando-se levar pelos estímulos que o meio crie naquele momento. É um mecanismo que trabalha com o impacto de estímulo psíquico e emocional que o meio urbano gera nas pessoas.

<sup>30</sup> Segundo o TransLAB.URB, Cartografia Afetiva é um processo que viabiliza identificar visualmente dados relevantes sobre um determinado espaço. Também é possível identificar e realizar conexões entre diferentes fatores que o influenciam.

foram as intervenções “Arquitetura Efêmera Inflável”, citadas no Capítulo 2 desta monografia.

Tais ações consistiram no desenvolvimento de uma estrutura inflável onde foi possível projetar imagens, com o objetivo de convidar as pessoas a ocuparem alguma área urbana que precisasse de algum tipo de ativação por meio da promoção de uma sessão audiovisual pública e gratuita. Ações como essa ocorreram nas cidades de Porto Alegre e Novo Hamburgo no ano de 2017. A Imagem 11 mostra outro registro do uso do elemento inflável em espaço público.

**Imagem 11** – Registro de uma edição de Arquitetura Efêmera Inflável



Fonte: TransLAB.URB (2018b)

Considerando o objetivo de pesquisa e as características metodológicas definidas, a pesquisa focou esforços na análise de operações de intervenção urbana do coletivo TransLAB.URB no Brasil sob a perspectiva da Comunicação, utilizando o recorte das ações de Ativação Urbana como objeto de análise. A seguir, são apresentados os resultados da análise com base no levantamento feito.

#### 4.3 ANÁLISE DA VERTICAL ATIVAÇÃO URBANA

O primeiro desafio no processo de análise consistiu em identificar quais ações pertenciam à vertical de Ativação Urbana. Apesar da vertical não constar em suas páginas de redes sociais digitais, foi possível identificar três ações divulgadas em 2023, em momentos distintos do ano, que preenchem os critérios da vertical. As

publicações foram usadas de base para investigar a presença dos atributos identificados no subcapítulo 4.1.

É importante considerar alguns aspectos com respeito à divulgação das ações dos coletivos nas redes. O coletivo conta com presença no Facebook, Instagram, Youtube, LinkedIn, Behance e X, além do seu site oficial. A plataforma Youtube é primordialmente uma ferramenta de audiovisual, e, portanto, foi desconsiderada do estudo. O Behance, por sua vez, possui apenas projetos anteriores a 2020 até o momento da realização deste estudo e, por consequência, tampouco foi considerado. X é uma plataforma que atualmente não está acessível para usuários externos – é necessário ter uma conta para acessá-lo - e, por esse motivo, também foi desconsiderado. Sendo assim, as redes Facebook, Instagram e LinkedIn configuraram as fontes de informação relacionadas às divulgações de atividades consideradas pelo estudo.

Relativamente às informações coletadas, em primeiro lugar, foi observado que os textos publicados nas três principais redes sociais digitais onde conteúdo é compartilhar com terceiros (Facebook, LinkedIn e Instagram) são os mesmos. Isso quer dizer que não há uma adaptação na linguagem utilizada para cada plataforma. Nesse sentido, a coleta de materiais efetuada em todas as plataformas acaba por repetir o conteúdo da anterior. Apesar de não haver uma adaptação dos textos para o público e para o formato específico de cada plataforma, os materiais divulgados em uma são reproduzidos em todas. Isso é um indicativo de que existe o entendimento de que os públicos das plataformas podem ou não se sobrepor, e que, portanto, há justificativa na repetição do conteúdo em multiplataformas.

Por fim, como citado anteriormente, os textos são sempre publicados em três línguas distintas. Ainda que as ações sejam locais ou sejam para eventos locais, o material divulgado sempre contará com a tradução para outras duas línguas. Essa é uma característica respaldada pela filosofia do coletivo e, portanto, coerente com suas ações.

A seguir, serão analisadas as divulgações de ações do coletivo TransLAB.URB sob a perspectiva da Ativação Urbana levando em conta as três características anteriormente expostas: (i) atributos emocionais, (ii) aspectos formais e de legislação e (iii) aspectos que evocam a participação cidadã. Vale ressaltar que, durante a análise, serão utilizados como referência somente os textos em português, uma vez que as traduções a espanhol e inglês são fiéis ao texto original.

#### 4.3.1 Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre

Uma das ações propostas pelo coletivo consiste em um projeto permanente intitulado Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre. Promovido desde 2018, refere-se a uma agenda anual que promove a potência transformadora da caminhada na cidade, em homenagem à Janes Jacob, jornalista e escritora, crítica ao modo de produção das cidades das décadas do Século XX e defensora de inovações no campo.

A agenda tem sua programação alinhada à da comunidade internacional que promove eventos similares em homenagem à jornalista. Em cada ano, a temática central é adaptada. Em edições anteriores, as temáticas foram “Caminhar Para Transformar” (2018), “Andar nos ensina a Desobedecer” (2019), “Caminhar Além dos Pés” (2020), “Deslocamentos Pandêmicos” (2021) e “Caminhando para Além do Antropocentrismo” (2022).

Para 2023, o tema escolhido foi “Os efeitos de um Plano Diretor na Vida Cotidiana”. Tal assunto não foi escolhido ao acaso, uma vez que era o ano de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da cidade. Como visto no Capítulo 2, o PDDUA é responsável por definir as diretrizes orçamentárias e os critérios necessários a se considerar no desenvolvimento e na expansão da cidade.

O evento consistiu em encontros ao longo de três dias, os quais contaram com diversas caminhadas temáticas distribuídas pela cidade. Para o fechamento, houve a exibição do documentário "Cidadão Jane: Batalha pela Cidade"<sup>31</sup>. A programação foi divulgada em uma série de imagens como demonstrado na Imagem 12, onde múltiplas mãos entram em contato com o mapa da cidade de Porto Alegre, com marcadores indicando onde cada etapa dos encontros iria ocorrer.

<sup>31</sup> Tradução própria. No original: "Citizen Jane: Battle for the City".

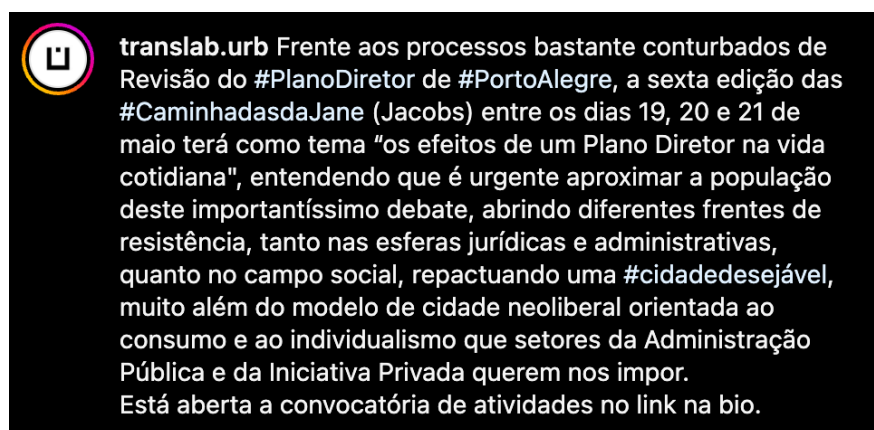
**Imagem 12** – Peças sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre



Fonte: TransLAB.URB (2023a).

Houve três ocasiões em que o evento foi divulgado nas redes sociais digitais do coletivo. A primeira resumiu-se em um chamamento aberto no dia 29 de abril de 2023, onde o grupo convidou a comunidade para realizar a inscrição nas atividades (Imagem 13). Em um segundo momento, o coletivo comunicou o início das ações (Imagem 14). Finalmente, foram divulgados registros após o exercício das atividades (Imagem 15).

**Imagem 13** - P Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 1



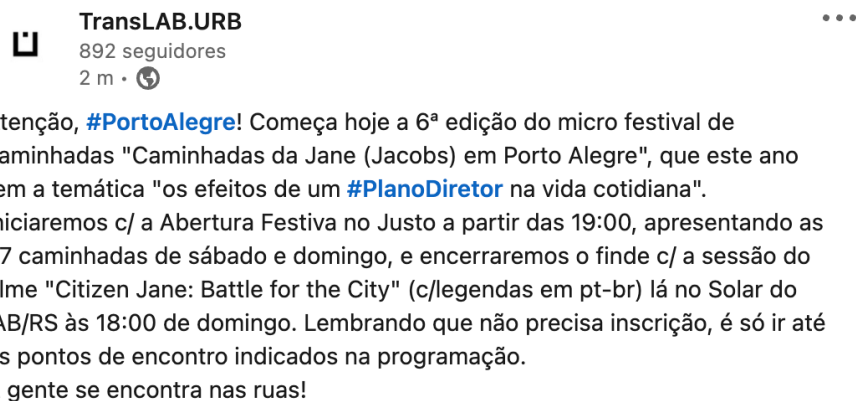
Fonte: TransLAB.URB (2023b).

No que diz respeito às publicações feitas inicialmente, mencionando o evento (Imagem 13), o coletivo reforça a necessidade de aproximar a população da discussão sobre a revisão do Plano, no sentido de aproximar as pessoas ao debate acerca de cidades possíveis e desejadas, por além do que está sendo proposto atualmente.

Assim sendo, o estímulo à inovação nos modelos prospectados para produção de cidade é uma característica diretamente compatível com os aspectos que evocam a participação cidadã. Em paralelo a isso, por abordar a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da cidade como pauta, a iniciativa também tem um enfoque nos aspectos formais e de legislação. O tema “Os Efeitos de um Plano Diretor na Vida Cotidiana” evoca a análise do impacto da legislação no dia a dia das pessoas.

Como visto anteriormente, Villaça (1999) e Rolnik (2010) manifestam preocupações específicas no que tange a inclusão da população no desenvolvimento das leis que impactam a vida de todos. Ambos descrevem as dificuldades de aproximar a sociedade dos legisladores, ao passo que as normas estabelecidas muitas vezes não atendem às demandas da população. Ainda, levantou-se a perspectiva de Acioly (2015), que reforça o potencial de envolver a população nas discussões sobre o futuro das cidades, uma vez que as pessoas passam a exigir e manifestar seus desejos por espaços de maior qualidade para suas famílias e suas comunidades.

#### Imagem 14 – Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 2

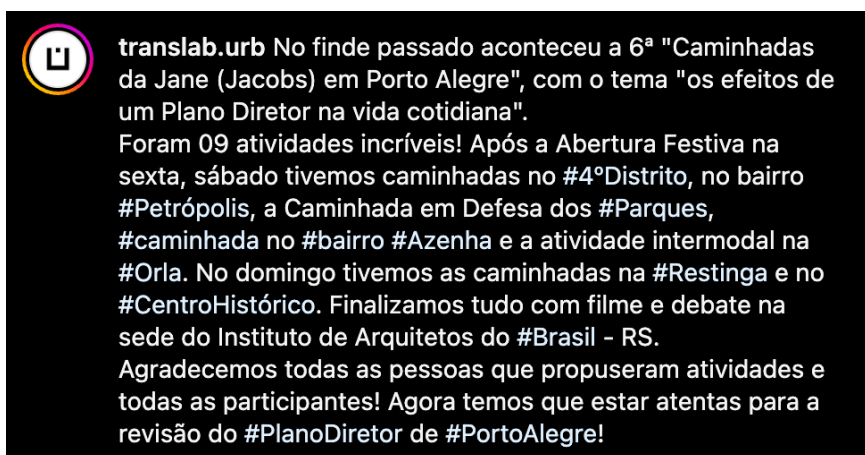


Fonte: TransLAB.URB (2023a).

A Imagem 14 exibe o texto de divulgação da agenda confirmada. Como é possível de identificar ao final da publicação, é enfatizado o propósito de se encontrar em ambiente público, ao afirmar “A gente se encontra nas ruas!”. Faz-se o resgate a Gomes (2018) e às três características necessárias para compor um espaço público de qualidade: constituir a reunião entre indivíduos com características diversas, oferecer possibilidades de reconhecimento das diferenças e ativar o poder

comunicacional entre indivíduos. Através da proposta do grupo TransLAB.URB, é possível inferir que um dos propósitos é o de ser capaz de reproduzir as qualidades levantadas por Gomes (2018), mesmo nos espaços onde atualmente haja deficiência dessas características, ou seja, as caminhadas acompanhadas das discussões provocam o encontro das diferenças.

**Imagem 15** – Postagem sobre Caminhadas da Jane (Jacobs) 3



Fonte: TransLAB.URB (2023c).

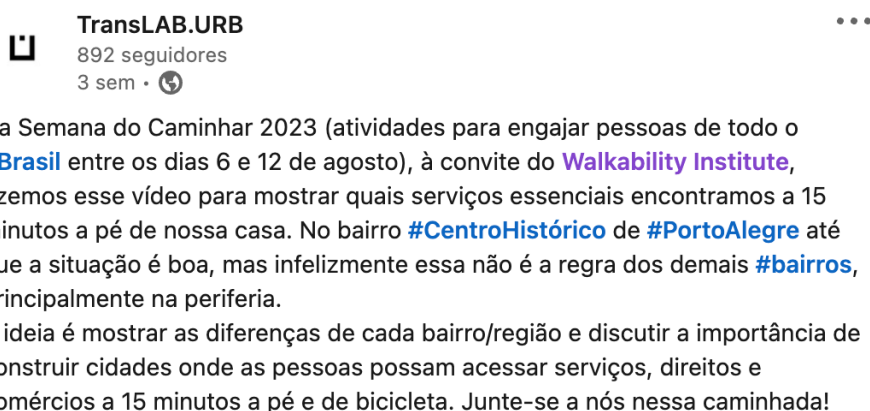
A proposta do evento no ano de 2023 buscou atender às dificuldades relatadas por Villaça (1999) e Rolnik (2010), utilizando-se de recursos que reforçam as características de aspectos formais e de legislação e de aspectos que evocam a participação cidadã. Dessa forma, observa-se que, sob o ponto de vista da divulgação, ambas características estiveram presentes.

A pesquisadora entende que as provocações foram atendidas e que existe potencial de se desenvolver com maior profundidade os tópicos propostos. Apesar disso, por não estarem disponíveis detalhes públicos a respeito dos resultados após a realização do evento, não é possível medir o impacto que este gerou. Com base na perspectiva teórica abordada anteriormente, entende-se que dados sobre o impacto da ação no público atingido são essenciais para se poder analisar a efetividade da ação em atender aos propósitos do grupo e das características destacadas acima. Com uma análise detalhada sobre o impacto, poder-se-ia avaliar a efetividade da escolha do tema, da agenda desenvolvida, da divulgação do evento e realizar melhorias para edições seguintes.

### 4.3.2 Semana do Caminhar 2023

Esta ação pode ser mais bem descrita como a ampliação de uma ação conjunta com terceiros ou, ainda, um chamado para participar de uma ação coletiva. A convite do Walkability Institute<sup>32</sup>, o TransLAB.URB produziu um registro de uma caminhada de quinze minutos no bairro Centro Histórico, em Porto Alegre, com a intenção de somar esse registro ao de outros bairros da cidade, de forma a evidenciar os diferentes níveis de acessibilidade e qualidade de calçada que as regiões da cidade possuem. O convite publicado pelo coletivo pode ser lido na Imagem 16.

**Imagem 16** – Postagem relacionada à Semana do Caminhar 2023



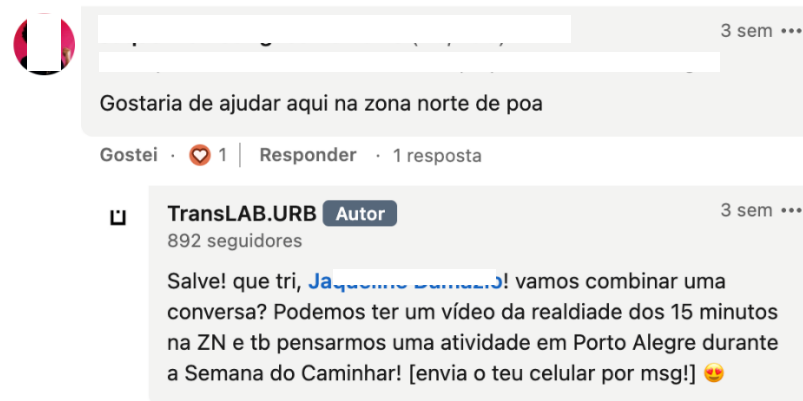
Fonte: TransLAB.URB (2023d).

Apesar do coletivo não configurar o veículo de origem do projeto, ele tornou-se um propagador e incentivador de participação. Dessa forma, o grupo assume a responsabilidade de envolvimento na causa, mesmo não sendo a instituição que deu início ao projeto. Essa característica é evidenciada na interação vista na Imagem 17s abaixo, onde um internauta manifesta interesse em participar da ação e o coletivo oferece ajuda por meio de contato direto.

<sup>32</sup>Organização sem fins lucrativos fundada em 2012 que busca o desenvolvimento de cidades caminháveis com o protagonismo da cidadania.



**Imagem 17** – Interação do TransLAB.URB com internauta



Fonte: TransLAB.URB (2023d).

Com base nos pontos levantados, a pesquisadora entende que a ação divulgada pelo coletivo busca estimular as pessoas a conhecerem seus bairros caminhando e refletirem sobre a estrutura urbana deles. Ao colocá-lo em perspectiva com outros bairros, questionamentos podem surgir, como por exemplo: meu bairro é verdadeiramente acessível? A quem ele atende? O que deve ser melhorado para incrementar a acessibilidade? Por que o meu bairro é mais ou menos acessível que os outros? Essas e outras indagações reforçam a característica classificada como aspectos que evocam a participação cidadã.

Além disso, como visto anteriormente, Arup (2016) indica como possível benefício da caminhabilidade de uma cidade a promoção da prosperidade. Isso implica em melhorias na qualidade de vida das pessoas e em benefícios econômicos diretos e indiretos para a comunidade, vindos tanto de iniciativa pública como privada. Na perspectiva da pesquisadora, esse representa outro motivo pelo qual os aspectos que evocam a participação cidadã estão presentes na ação proposta.

Entende-se que, apesar de pontual, essa ação demonstrou ter relevância no pilar de Ativação Urbana no ano de 2023. Nota-se que o tema caminhabilidade esteve presente de forma significativa nos projetos propostos para o ano. É um reforço de que as análises levantadas no Capítulo 2 se mantêm relevantes, mesmo décadas após as constatações feitas pelos autores.

#### 4.3.3 Caminhada pelo Parque Marinha

No dia 14 de julho de 2023, o TransLAB.URB realizou, em suas redes sociais digitais, um chamado para uma caminhada no Parque Marinha em Porto Alegre

(Imagem 18). A ação, organizada em conjunto com outras quatro entidades, teve como objetivo estimular a memória afetiva e o interesse pela história do parque na população da região. Essa discussão surgiu em um momento em que a prefeitura local estaria estudando realizar reformas em alguns setores do terreno do parque.

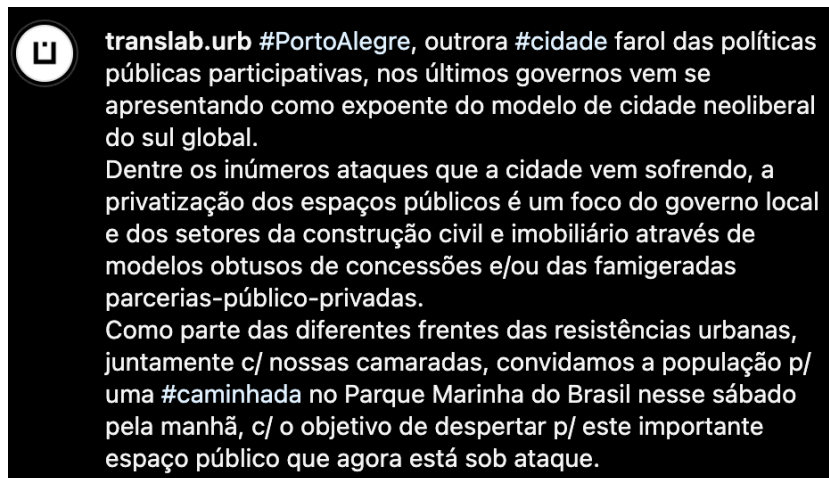
Imagem 18 – Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 1



Fonte: TransLAB.URB (2023e).

A chamada - divulgada no Facebook, no Instagram e no LinkedIn - continha as palavras-chave “Porto Alegre”, “cidade” e “caminhada” (Imagem 19). Curiosamente, o nome do parque não foi marcado como palavra-chave. O texto da publicação remete brevemente ao contexto de políticas participativas das quais a cidade foi destaque nos anos 1990 e 2000. Em seguida, reforça que o cenário atual é significativamente distinto àquela realidade. O convite é feito destacando, pois, a importância de trazer para a pauta o futuro do parque.

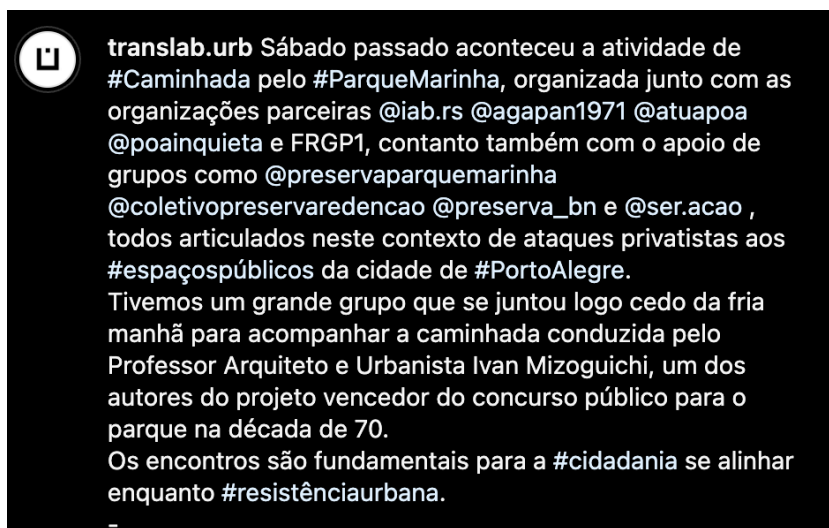
**Imagem 19** - Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 2



Fonte: TransLAB.URB (2023e).

A ação ocorreu em um sábado e, na semana seguinte, o coletivo realizou outra publicação a respeito. Nela (Imagem 20), é possível notar a ênfase dada à participação nas ações como ferramentas fundamentais para o exercício da cidadania. Nessa última postagem, são utilizadas palavras-chave como “caminhada” (novamente), “Parque Marinha”, “espaços públicos”, “cidadania” e “resistência urbana”. Nessa publicação, além de aparecer o nome do parque como palavra-chave, também se encontram outros termos fundamentais do discurso sobre potencialização do exercício da cidadania por meio da participação popular em ações promovidas nos espaços públicos. Essas são características defendidas pela maioria dos autores citados neste estudo, mas principalmente por Villaça (1999) e Rolnik (2010).

**Imagem 20** - Postagem sobre caminhada no Parque Marinha 3



Fonte: TransLAB.URB (2023f).

A pesquisadora compreende que, nesta ação em questão, pode ser considerada a presença das três características definidas no início do capítulo: atributos emocionais, aspectos formais e de legislação e aspectos que evocam a participação cidadã. Sob sua perspectiva, os atributos emocionais estão presentes na ativação da memória afetiva com o espaço e na busca por regatar a memória histórica do parque. Ainda, os aspectos formais e de legislação permeiam toda a discussão levantada, uma vez que a pauta que provoca a realização do evento são as possíveis políticas públicas (ou falta delas) desenhadas para estudos de propostas para o Parque Marinha. Por fim, os aspectos que evocam a participação cidadã estão imediatamente ligados à ação, por tratar-se de um chamado quase que literal para participação dos processos decisivos sobre o futuro do parque, bem como uma provocação para refletir sobre melhores políticas públicas que estão à disposição para tornar o processo mais participativo.

Ainda que breve, a análise do conteúdo publicado pelo coletivo passível de vincular à vertical de Ativação Urbana pôde ser, sem dificuldade, atrelada a pelo menos uma das três características delimitadas na metodologia de análise. Desse modo, há um reforço da ideia de que o levantamento bibliográfico trazido aborda de forma contundente a problemática das intervenções urbanas e a perspectiva da Comunicação sobre elas.

Uma das maiores preocupações deste estudo concernia a dificuldade de vincular duas áreas bastante distintas em uma análise pontual. Apesar de desafiante, entende-se que foi possível abordar o tema com base na bibliografia e identificar algumas lacunas nas comunicações das ações propostas pelo coletivo estudado. Por um lado, é muito positiva a política da divulgação de todas as informações em ao menos três línguas, na medida em que reforça a filosofia do trabalho local para gerar impacto global na qual o coletivo é fundamentado. Ademais, tal qualidade universaliza a capacidade de compreensão mesmo por aqueles que não têm interesse na pauta de forma geral e buscam apenas informações pontuais. Apesar disso, foram identificadas duas características deficitárias, sob o ponto de vista da Comunicação.

Em primeiro lugar, o fato de que os textos são escritos e reproduzidos exatamente da mesma maneira para todas as redes, sem discriminação do tipo de público atingido ou da forma como o conteúdo é digerido em cada plataforma, pode impactar negativamente no alcance e na qualidade da disseminação da informação.

Embora seja compreensível que as postagens sejam feitas dessa maneira (em muitos casos não há sequer número de pessoas suficiente para personalizar todas as postagens necessárias para atender a todas as redes sociais digitais), é um ponto que merece destaque. Soma-se a isso o fato de que cada plataforma valoriza e prejudica conteúdos específicos: um texto longo pode ser valorizado por uma plataforma e condenado por outra, perdendo seu alcance. A escolha das palavras-chave também pode vir a necessitar de estratégias distintas para cada plataforma.

Além disso, muitas das ações não têm seus impactos pós-evento divulgados nas redes. Um resumo dos tópicos conversados, de número e perfil das pessoas que atenderam as atividades e dos levantamentos feitos pelo grupo seria interessante de poder visualizar para cada ação. Em muitos casos, esse conteúdo pode ser divulgado em forma de ata de reunião. Por sua vez, para assuntos de interesse coletivo e que demandam maior atratividade, podem ser produzidas peças com infográficos contendo as principais informações que o público geral deve reter, inclusive para poder participar de outras edições ou propor atividades. No entanto, pondera-se que, para produzir esse conteúdo e concretizar tais ideias se demanda pessoas qualificadas e em muitos casos, os coletivos não têm disponibilidade para tal.

Por sua vez, um dos desafios da pesquisa correspondeu encontrar atividades da vertical de Ativação Urbana no ano de 2023. No site oficial do coletivo, há diversas atividades do ramo executadas no período de 2017 a 2019. Existem duas hipóteses levantadas sobre o porquê da diminuição dos registros de ações desenvolvidas em cada vertical no site. Em primeiro lugar, a pandemia de COVID-19, que abalou o mundo inteiro no ano de 2020 e cujas consequências se estendem até a presente data, dificultou toda e qualquer promoção de ações públicas e coletivas ao vivo, em especial nos anos de 2020, 2021 e 2022. Naturalmente, é esperado que eventos de Ativação Urbana, que envolvem encontros em algum lugar de uma cidade, tenham sido restringidos. Além disso, é possível que, em decorrência da pandemia e da mudança de comportamento de consumo das mídias digitais, o coletivo tenha optado por priorizar a atualização de suas redes sociais digitais em detrimento do site. Apesar de constituírem apenas hipóteses levantadas pela pesquisadora, é relevante mencionar que foram desafios presentes no levantamento dos dados.

A despeito dos pontos supracitados, vale ressaltar o argumento demarcado inicialmente nesta monografia. As atividades do TransLAB.URB analisadas trabalham com ao menos uma das três características relevantes abordadas na metodologia.

Esse configura um fator fundamental para a confirmação da relevância de suas ações, independente dos desafios de implementação e divulgação que o coletivo apresenta.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intervenções urbanas são ações que modificam ou impactam qualquer espaço urbano, com consequências diretas e indiretas para seus habitantes. Profissionais de múltiplas áreas atuam no planejamento, execução e inovação dos processos de intervenções nas cidades. Para a área da Comunicação, a discussão foca na identificação e análise sobre a divulgação de informações, e de ferramentas que conectam as ações e seus agentes. Alicerçado nesse aspecto, a pesquisa foi desenvolvida.

Nesse contexto, volta-se ao problema do estudo, que trata de como a comunicação é pensada e produzida em ações urbanas participativas promovidas pelo TransLAB.URB. É possível afirmar que a pergunta de pesquisa foi respondida parcialmente, devido à possibilidade de realização das análises com o que está disponível de informação de forma pública e universal; no entanto, não foi possível fazer a coleta e a análise de informações internas ao coletivo, as quais poderiam complementar as informações públicas. Apesar disso, entende-se que é relevante iniciar a investigação no assunto com os dados que são públicos.

No que diz respeito ao objetivo geral da pesquisa, o qual buscou analisar operações de intervenção urbana do TransLAB.URB no Brasil sob a perspectiva da Comunicação, é possível afirmar que foi atingido. As análises puderam ser desenvolvidas com base no referencial teórico estudado.

Com relação aos objetivos específicos, pode-se afirmar que abordar a relação entre Comunicação e Urbanismo a partir da pesquisa bibliográfica foi um objetivo cumprido por meio da pesquisa no campo do Urbanismo. Foram revisados aspectos de legislação, a definição de intervenção urbana e a importância dos espaços públicos, e, finalmente, as limitações encontradas na área do Urbanismo aliadas aos desafios da área da Comunicação nos estudos sobre aplicação em processos de desenvolvimento de pautas coletivas.

No que tange o objetivo de identificar as perspectivas relevantes na avaliação da efetividade da comunicação frente às intervenções urbanas, pode-se afirmar que foi concluído em parte. Sob a perspectiva das características levantadas a partir do referencial teórico (atributos emocionais, aspectos formais e de legislação e aspectos que evocam a participação cidadã), foi possível identificá-las, classificá-las e avaliar sua efetividade nas comunicações de Ativação Urbana do coletivo. Entretanto, ao

longo da análise foram identificadas outras características, de ordem formal, no que concerne o tipo de conteúdo voltado às mídias sociais digitais, que não haviam sido consideradas previamente. Desse modo, observa-se a possibilidade de continuar a pesquisa em cima do objetivo em questão.

Por fim, quanto ao objetivo de identificar processos comunicacionais na construção e promoção das atividades realizadas pelo TransLAB.URB em 2023, pode-se considerar que foi atingido. A identificação ocorreu a partir da análise dos conteúdos divulgados nas ações selecionadas.

As principais conclusões do estudo foram, em primeiro lugar, a confirmação de que as ações promovidas pelo coletivo e analisadas pela pesquisa mantêm uma coerência com as características identificadas no levantamento teórico, as quais identificam o que é importante de considerar quando na promoção de intervenções urbanas. Apesar das dificuldades, tanto de promover, como de propagar, como de reter informação e público com relação às intervenções, parece haver uma preocupação (intencional ou não) com os pontos levantados na análise.

Ainda, foi constatado que há campo para melhorar o processo de comunicação do coletivo. Existe espaço para aprofundar o estudo no que concerne o motivo para os déficits identificados sob a perspectiva da Comunicação. Também é possível avaliar, a partir de novos levantamentos, se o coletivo ativamente realiza uma reflexão sobre esses déficits, ou seja, se é algo que está presente em sua pauta e, inclusive, se há planos de executar inovações nesse aspecto, futuramente.

Como limitações da pesquisa, nomeia-se primordialmente a limitação das fontes dos materiais com a qual esta contou. Foram utilizadas somente fontes primárias e públicas. Com a utilização de outros tipos de coleta de dados, como entrevistas, por exemplo, seria possível apurar mais dados relevantes que ajudariam na identificação e na análise das perspectivas relevantes na avaliação da efetividade da comunicação frente às intervenções urbanas. Além disso, um estudo sobre ações de Ativação Urbana em anos anteriores poderia complementar a análise presente neste estudo. Conforme identificado, nos períodos entre 2017 e 2019, diversos projetos da vertical foram divulgados no site oficial do coletivo e não foram considerados no estudo por serem de anos anteriores.

Considerando os aspectos supracitados e todo o processo de pesquisa, entende-se que o estudo possui relevância para o âmbito da Comunicação por identificar e analisar aspectos que dizem respeito à área, inseridas no campo do



Urbanismo. A interdisciplinaridade na graduação universitária permite explorar perspectivas de diferentes áreas a respeito de um mesmo problema. Esse processo fortalece práticas profissionais com maior capacidade crítica e compreensões mais abrangentes sobre a realidade.

Por fim, ao realizar a pesquisa exploratória sobre o tema, não foram identificados estudos onde o TransLAB.URB fosse considerado objeto de pesquisa em qualquer área, até o momento da escrita deste estudo. Na área da Comunicação, foram encontrados poucos trabalhos desenvolvendo análises da perspectiva comunicacional sobre a problemática das intervenções urbanas. Nesse cenário, este estudo representa uma pequena contribuição que se soma a outros produzidos com base em outros objetos e temáticas próximas.

## REFERÊNCIAS

- ARUP. **Cities Alive**: Towards a walking world [report]. London: Arup's Foresight, 2016. Disponível em: <[https://www.arup.com/-/media/arup/files/publications/c/cities-alive\\_towards-a-walking-world\\_lowres.pdf](https://www.arup.com/-/media/arup/files/publications/c/cities-alive_towards-a-walking-world_lowres.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- ASCHER, François. Las dos formas de compartir la calle. *In*: **¡Ganar la calle!**: compartir sin dividir. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BORTHAGARAY, Andrés. **¡Ganar la calle!**: compartir sin dividir. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 133, p. 1-1, 11 jul. 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- CASA MUSGO. Travessa Cultural Redenção. Porto Alegre, 16 abr. 2016. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=1263206463707175&set=a.1263206290373859>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- CIVANTOS, Daniel. Un ejército de mimos para agilizar el tráfico de las ciudades latinoamericanas. **Yorokobu**, 10 out. 2011. Disponível em: <<https://www.yorokobu.es/un-ejercito-de-mimos-para-agilizar-el-trafico-de-las-ciudades-latinoamericanas/>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- COSTA, Flávia Martins. Travessa Cultural Redenção. Porto Alegre, 16 abr. 2016a. **Facebook**: flavia.martinscosta1. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1163004580384898&set=pcb.1603309769995188>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- COSTA, Flávia Martins. Travessa Cultural Redenção. Porto Alegre, 16 abr. 2016b. **Facebook**: flavia.martinscosta1. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1163004603718229&set=pcb.1603309769995188>>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- DAROIT, Felipe. Movimento ocupa prédio onde funcionava hotel no Centro de Porto Alegre. **GZH**, Porto Alegre, 04 jul. 2017. Geral. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/07/movimento-ocupa>>

predio-onde-funcionava-hotel-no-centro-de-porto-alegre-9832448.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

DIAS, Zé Luiz. Travessa Cultural Redenção. Porto Alegre, 12 mar. 2018. **Instagram**: @zeluiz.dias. Disponível em: link. Acesso em: 26 jul. 2023.

DILWORTH, Molly. Cool water, hot island. **Archdaily**. 2023. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/70815/times-square-reconstruction-project-sn%C3%B8hetta>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

DIONISIOAG. **Projeto Muro das Memórias**. 2023. Disponível em: <<https://dionisioag.com.br/muro-das-memorias/>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FONSECA J, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p. 280-303.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/ a comunicação como objeto. *In*: FRANÇA, Vera Veiga; HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-60.

GATTI, Simone (coord.) **Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo: ABCP, 2013.

GIL, Antonio Carlos *et al.* Como Classificar as Pesquisas? *In*: **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Cesar da Costa. **Espaço público, espaços públicos**. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 44, 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

LABORATÓRIO Q (org.) **Times Square, New York: tactical urbanism, pedestrianising Times Square**. Sevilla, Universidad de Sevilla, 2009. Disponível em: <<https://www.laboratorioq.com/global/otros-lugares/times-square-new-york-tactical-urbanism-pedestrianising-times-square>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

LUPCHINSKI, M. L. S. **O modelo automotivo de mobilidade urbana como restrição às liberdades individuais e ao desenvolvimento sustentável de grandes cidades como Porto Alegre**. 2018. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193473>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MAHENDRA, A. *et al.* Towards a More Equal City: Seven transformations for more equitable and sustainable cities. **World Resources Institute**, 2021. Disponível em: <

<https://files.wri.org/d8/s3fs-public/2021-10/transformations-equitable-sustainable-cities.pdf?VersionId=eDW1GgIXYhwUmdNluUMul9LuMsns3MRX>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-25.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <<https://www.unicef.org>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEDROSA, Fernanda et al. **A violência que oculta a favela: o dia a dia nas favelas do Rio**. Porto Alegre: L&PM, 1990.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Limites do Estatuto da Cidade. *In*: **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2010.

PORTO ALEGRE tem nove obras de mobilidade para Copa em andamento. **G1 RS**, Porto Alegre: Grupo RBS, 05 mar. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/porto-alegre-tem-nove-obras-de-mobilidade-para-copa-em-andamento.html>>. Acesso em: 16 out. 2022.

ROCHA NETO, Osvaldo Assis. **Mobilidade urbana e cultural do automóvel na singularidade da metrópole modernista brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. [São Paulo: Universidade de São Paulo], 2010. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2092179/mod\\_resource/content/1/ROLNIK%2010-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2092179/mod_resource/content/1/ROLNIK%2010-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2023.

SILBER, Amanda. Espaços públicos ociosos: práticas da gestão de áreas públicas em São Paulo. **ArchDaily Brasil**, 10 out. 2021. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/969692/espacos-publicos-ociosos-praticas-da-gestao-de-areas-publicas-em-sao-paulo>>. Acessado em: 4 jul. 2023.

SILVA, Silvana Sousa; FAÇANHA, Antonio. Intervenções urbanas: similitudes e diferenciações conceituais. **Estudos Geográficos**: revista eletrônica de geografia, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 60-73, 2014.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas 2005. p. 51-61.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, 1997.

THOMPSON, John B. Fronteiras cambiantes da vida pública e privada. **MATRIZES**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 11-36, 2010.

TransLAB.URB. Cocriação de Diretrizes / Cachoeira do Sul. **Translaburb.cc**. 2017a. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Cocriacao-de-Diretrizes-Cachoeira-do-Sul>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Derivas e Cartografias Afetivas. **Translaburb.cc**. 2017b. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Derivas-e-Cartografias-Afetivas>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Atividade final da 2ª Semana TransLAB.URB + 1ª Jane's Walk Porto Alegre, Praça do Aeromóvel. **Translaburb.cc**. 2018a. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Arquitetura-Efemera-Inflavel>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Atividade junto ao Espaço Alegria, no Centro Histórico de Porto Alegre. **Translaburb.cc**. 2018b. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Arquitetura-Efemera-Inflavel>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Projetos. **Translaburb.cc**. 2022a. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Projetos>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Local-Global. **Translaburb.cc**. 2022b. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Local-Global>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Filosofia. **Translaburb.cc**. 2022c. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Filosofia>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Filosofia. **Translaburb.cc**. 2022d. Disponível em: <<https://translaburb.cc/Cocriacao-de-Diretrizes-Cachoeira-do-Sul>>. Acesso: em 18 set. 2022.

TransLAB.URB. Atenção, #PortoAlegre!. **LinkedIn**. 2023a. Disponível em: <[https://www.linkedin.com/posts/translaburb\\_portoalegre-planodiretor-plandirector-activity-7065329265336008704-2eJU?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/translaburb_portoalegre-planodiretor-plandirector-activity-7065329265336008704-2eJU?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)>. Acesso em: 06 out. 2023.

TransLAB.URB. Frente aos processos bastante conturbados de Revisão do #PlanoDiretor de #PortoAlegre [...]. Porto Alegre, 29 abr. 2023b. **Instagram**: @translab.urb. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CroBHe0uTMP/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

TransLAB.URB. No finde passado aconteceu a 6ª "Caminhadas da Jane (Jacobs) em Porto Alegre" [...]. Porto Alegre, 29 abr. 2023c. **Instagram**: @translab.urb. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CswG-DiO5E0>>. Acesso em: 06 out. 2023.

TransLAB.URB. Na Semana do Caminhar 2023 (atividades para engajar pessoas de todo o #Brasil [...]). **LinkedIn**. 2023d. Disponível em: <[https://www.linkedin.com/posts/translaburb\\_semana-do-caminhar-2023-cidade-de-15-minutos-activity-7087097159031955456-5N\\_/?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/translaburb_semana-do-caminhar-2023-cidade-de-15-minutos-activity-7087097159031955456-5N_/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)>. Acesso em: 06 out. 2023.

TransLAB.URB. Venha conhecer a história e os recantos do Parque Marinha. Porto Alegre, 14 jul. 2023e. **Instagram**: @translab.urb. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CusVJotOIDQ/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

TransLAB.URB. Sábado passado aconteceu a atividade de #Caminhada pelo #ParqueMarinha [...]. Porto Alegre, 22 jul. 2023f. **Instagram**: @translab.urb. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CvAj1v0u8NT/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

COLETIVO VELA. Manifesto. 5 abr. 2016. **Facebook**: Coletivo Vela: vivências Estratégicas em Lugares Abertos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Coletivo-Vela-Vivencias-e-Estrat%C3%A9gias-em-Lugares-Abertos-1036447266428092/photos/1038384226234396>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VILLAÇA, Flávio *et al.* Dilemas do plano diretor. *In*: **CEPAM**: o município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999. p. 237-247